



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2019

Ata n.º 26

Aos dez dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de dois de Abril e aditamento de três de Abril, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

PONTO DOIS: Tomada de conhecimento do Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de 2018;-----

PONTO TRÊS: Tomada de conhecimento da alteração ao sistema de controlo interno;-

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da não-aceitação da transferência de competência para o ano de 2019 na área de educação; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da não-aceitação da transferência de competência para o ano de 2019 na área de saúde; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário do Património respeitante a 2018; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos documentos de prestação de contas do município de 2018, incluindo a proposta de aplicação de resultados; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª revisão das Grandes Opções do Plano 2019-2022; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª revisão do Orçamento do Município para o ano de 2019, incluindo a 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao concurso público para execução da empreitada de requalificação do espaço antigo da Igreja Matriz de Albufeira, pelo preço base de 1.092.000,00€ + IVA; -----



PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento contínuo de pão da saúde, pão de mistura e papo-secos para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Brejos, Sesmarias, Vale Pedras, Jardim-de-Infância de Albufeira, Jardim-de-infância de Vale Carro e para outras atividades da Divisão de Educação, até ao limite 45.000,00 + IVA -----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento contínuo de carnes frescas e enchidos para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Vale Pedras, Fontainhas, Brejos, Jardim-de-infância de Albufeira e para outras atividades da Divisão de Educação, até ao limite de 118.000,00 + IVA;-----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento contínuo de frutas e produtos hortícolas para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Sesmarias, Caliços, Fontainhas, Brejos, Vale Pedras, Jardim-de-infância de Albufeira, Jardim-de-infância de Vale carro, Eb1/JI de Paderne, EB1 de Ferreiras e para outras atividades da Divisão de Educação, até ao limite de 235.000,00€ + IVA;-----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento contínuo de refeições e lanches escolares para a EB1/JI dos Olhos de Água, EB1/JI da Correeira, EB1 de Vale Carro, EB1,2,3 da Guia, Jardim-de-infância da Guia, Jardim-de-infância de Ferreiras e Jardim-de-infância de Vale Serves, até ao limite de 620.000,00€ + IVA;-----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento contínuo de mercearias para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Vale Pedras, Fontainhas, Brejos, Jardim-de-infância de Albufeira e para outras atividades da Divisão de Educação, até ao limite de 113.000,00 + IVA;-----

PONTO DEZASSEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento contínuo de produtos ultracongelados para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Brejos, Vale Pedras, Jardim-de-infância de Albufeira e para outras atividades da Divisão de Educação, até ao limite de 53.000,00 + IVA;-----



PONTO DEZASSETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento contínuo de peixe congelado para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Brejos, Vale Pedras e Jardim-de-infância de Albufeira e para outras atividades da Divisão de Educação, até ao limite de 110.000,00€ + IVA;-----

PONTO DEZOITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento contínuo de fardamento para o município de Albufeira 2019/2020, pelo preço base de 270.000,00 + IVA;-----

PONTO DEZANOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Plano de Mobilidade e Transportes de Albufeira;-----

PONTO VINTE: Análise e deliberação do pedido de suspensão do mandato do membro José Manuel Bota Sequeira;-----

PONTO VINTE E UM: Interpelação à Câmara Municipal sobre o ponto de situação do CAE;-----

PONTO VINTE E DOIS: Apreciação e deliberação da moção apresentada pela CDU - Pelo direito ao transporte público mais barato e acessível;-----

PONTO VINTE E TRÊS: Apreciação e deliberação do Voto de Pesar apresentado pela CDU - Pelas consequências do ciclone Idai, na região centro de Moçambique.-----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), João Alexandre Sequeira Jorge da Silva (PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Fernando Vieira Vitória Cabrita (PS), Rui Pedro Dâmaso Borges Gago (suplente PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Renato José Martins Miguel Pimenta (CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Vera Lúcia Hilário Belchior (PAN), Gaspar Manuel Rocha Meirinho (PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (suplente PSD), bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, da Guia - Dinis Nascimento, de Ferreiras - Jorge do Carmo e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

Faltas: Ana Cristina Neves Pinto Oliveira, José Manuel da Bota Sequeira e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho.-----



Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Rui Gago, Rui Bernardo e João Guerreiro.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. -- Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia antes de dar início à sessão fez o esclarecimento e aviso de que a sessão irá ser gravada em som e imagem e retransmitida num canal do YouTube.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Cristina Costa: "Boa noite a todos, estou aqui outra vez, porque fiquei a saber novamente que vou ficar sem banca, porque mais duas pessoas que têm menos anos que eu de atividade, passam à minha frente, não sei porquê que essas pessoas passam à minha frente. Uma delas foi informada para se candidatar a uma banca de artigos de viagem e não é o que se está a passar lá em baixo. Essa pessoa já está a comprar material que não tem nada a ver com artigos de viagem. Porque o que me foi dito na sessão de esclarecimentos, na biblioteca da Albufeira, a Engenheira Paula Custódio disse que, artigos de viagem, uma mochila não era o mesmo que uma mochila de passeio. Se é artigos de viagem, é lógico que não é uma mochila com bonecos, isso é uma mochila de passeio. E essa senhora está a comprar outros materiais que nem sequer pertence àquilo que ela se candidatou e passa à minha frente. Porquê? Porque essa senhora esteve aqui, escreveu uma carta ao júri, o júri mandou candidatar-se a artigos de viagem, passado um tempo vem me mostrar umas carteiras que ela faz, que é a única coisa que ela faz, à Dra. Telma Bila e à Paula Custódio, que mais tarde, segundo o que elas lhe disseram, para estar descansada que quando isto tudo estiver resolvido, a senhora volta a pôr o seu material. E realmente é o que se está a passar. Eu gostaria de saber, o que é que essa senhora tem com a Câmara, porque essa senhora diz que ninguém a tira dali. Vivo aqui há quarenta e cinco anos, tenho cinquenta e três anos, como é que uma pessoa que tem uma banca há muitos menos anos que eu passa à minha frente? Só porque se candidatou a artigos de viagem? Porquê que não me chamaram a mim ou à minha irmã, que tem vinte e sete anos de banca? Soube hoje, que não tenho lugar na Vinte e Cinco de Abril, sempre trabalhei na Vinte e Cinco de Abril, vão meter



ali outra colega, que é a Elisa e a outra é a senhora Rosa, vão meter à minha frente, porquê? Porquê que estão contra mim? Porquê que não me querem ali? Quero saber a verdade, o que é que se passa aqui. Porque acho que estou a ser injustiçada. Naquela avenida fui injustiçada várias vezes. Tiraram-me do pé da escada rolante, porque o restaurante não me quis lá, depois fui para a Baron, com requerimento assinado pelo senhor Vitor da pastelaria Baron, que dava ordem para a minha banca estar ali. Tive problemas, tive de sair dali, fui para o pé do Paga-Pouco. Dado pelo antigo Presidente da Câmara, Carlos Silva e Sousa, "*Cristina escolha um lugar aqui na avenida, que você fique bem, que fique feliz, não quero prejudica-la.*" E agora não tenho lugar ali. Mas o que é que se passa aqui? Eu quero saber a verdade. A Dra. Carla Ponte e a Paula Custódio, no dia dezanove ou vinte, viemos aqui falar depois de recebermos a carta, e as duas foram super arrogantes connosco. Nós não somos lixo, somos seres humanos e elas foram arrogantes e comigo ainda foram mais arrogantes, quando eu disse que a senhora tinha chamado lá uma pessoa, que escreveu uma carta para o júri e que ela tinha chamado essa pessoa, para mostrar materiais. Não é assim, não sou advogada, mas acho que isso não está certo e continua, meterem-me a mim de parte, porquê? Os meus pais venderam na rua, a minha mãe viveu aqui cinquenta anos, morreu com noventa anos, toda a gente em Albufeira nos conhece dali. Como é que pessoas que vivem aqui há meia dúzia de anos passam à nossa frente? Não pode passar. Venho aqui, porque quero o meu lugar na Avenida Vinte e Cinco de Abril, porque acho que tenho direito. Essa pessoa, a Elisa, esteve há trinta anos, mas agora tem há menos que eu e já me disseram que ela vai passar à minha frente. Não me querem ali e quero saber porquê? O que é que têm contra mim? Estou lá o ano inteiro, desde que me deram a minha banca eu sempre trabalhei. Quando me deram a banca, pela primeira vez, só trabalhava eu, o João dos cintos, que é artesão. Para mim só há dois artesões aqui em Albufeira, é o João e o Luis das barbas. Só trabalhava eu, o João, a senhora dos chapéus, a minha tia, que já faleceu, que vendia os crochês, a Ana dos doces e outra senhora que vendia gomas. Mais ninguém trabalhava ali. Há uma senhora, que lhe foi dada banca, esteve cinco anos sem montar a banca. Quando foi para me darem aquela banca, ela veio aqui à Câmara dizer que não tinha mais nada, que o marido dela era muito doente e que queria aquela banca. E ela esteve cinco anos, porquê? Porque não havia fiscalização e essa senhora tem um café, não precisava de ir para lá. Havia outro que era o holandês, que tinha lá banca, trabalhava dois meses. Só quando aquilo começou a movimentar, eu ia



trabalhar, começou mais pessoal a trabalhar, nós é que puxamos por aquela avenida e agora toda a gente quer ir para aquela avenida. Eu estive lá quando aquilo não prestava para nada e agora tenho de sair de lá, porquê? É alguém dali que não quer que eu esteja ali? Estou a sentir-me injustiçada. Dizem que eu estou sempre a falar da Rosa, eu tenho de falar da Rosa porque é a pessoa que me está a prejudicar. E essa senhora diz que dali ninguém a tira. Mas o que é que se passa aqui com a Câmara? Gostaria de saber."-----

Deolinda Marques: "Boa noite, vendo venda ambulante há vinte e sete anos, sou irmã da Cristina e fiquei nos lugares não atribuídos. Depois vim a saber porquê que isso me tinha acontecido e o que me disseram foi que eu tinha um rendimento alto, que isso tinha me prejudicado. Depois eu perguntei, se a banca era um negócio ou não, porque eu acho que aquilo é um negócio. Sinto-me prejudicada, injustiçada por me dizerem isso, que tinha rendimento alto e então ia para casa. Quando há pessoas ali que têm estabelecimentos abertos, dão rendimento zero e passam todas à minha frente. Vim falar com a presidente do júri, a Carla Ponte e o que me disseram foi, "a senhora tem muita percentagem, está há muitos anos, a senhora vai ter um lugar, o problema é que não vai vender o que sempre vendeu, a senhora vai vender o que está estipulado naquele lugar." Outra injustiça. Porque eu tenho de vender aquilo que sempre vendi. Tenho cinquenta e três pessoas com percentagem inferior à minha, que passou tudo à minha frente. Eu tenho um lugar, mas agora vou fazer o quê ao meu material? Jogo fora? E aquilo é um negócio ou não? As pessoas não declaram e o problema é meu? Não sou eu que estou mal, eu estou bem, pago os meus impostos. Se aquilo é um negócio é para eu tentar rentabilizá-lo o mais que possa. É isso que queria que vissem porque acho que está muito mal. Há pessoas que mudam seis vezes de material, há uma senhora riquíssima que está lá em baixo, reformada, estão ali muitas reformadas, que não precisam de estar ali, mas estão, querem trabalhar até morrer, acho muito bem, agora, não prejudiquem os outros. Uma dessas senhoras que é muito antiga, há dois anos mudou para o material que eu tenho e eu agora com vinte e sete vou para casa e essa senhora fica a vender, porque ela quer levar tudo para o caixão. E agora a culpa é minha, porque declaro. Acho que está tudo mal, porque as bancas são um negócio e não acredito que esteja ali alguém a ganhar zero. Outra coisa que deviam ver, é que a banca é para doze meses e não para cinco. Há pessoas ali que há sete meses não vão para lá. Eu e a minha irmã estamos lá doze meses por ano. Podem perguntar a quem



quiserem, até o senhor vereador sabe perfeitamente quem é que está lá de inverno. Há muita gente que sabe que nós estamos lá o ano inteiro, é isso que têm de ver. Há pessoas que não estão ali porque não precisam, porque se precisassem estavam lá todos os dias como nós estamos. Estamos nesta ansiedade, porque recebemos a carta, dia dezanove de Dezembro e na data de hoje não sei o que se vai passar. E ainda me disseram que eu ia ter lugar, mas que tenho de mudar de material, então o que é que faço ao meu? Alguém me dá em dinheiro para investir? Tenho de vender aquele que tenho. Acho que isto está tudo muito mal feito.”-----

Ana Vidigal: “Boa noite a todos, queria colocar algumas questões que têm a ver com os pontos da ordem de trabalhos e gostaria de saber se todas as questões que foram aqui colocadas pelos cidadãos, relativamente ao Plano de Mobilidade foram contempladas? Espero que essas questões, particularmente, no que diz respeito às pessoas portadora de deficiência, bem como aos percursos do Giro e ao seu prolongamento para os locais de necessidade nas várias freguesias, que tenha sido contemplado. Gostaria, também, de reforçar um dos pontos que vem plasmado na ordem de trabalhos e que tem a ver com a urgência da abertura do CAE de Albufeira, que já está parado há uma série de anos, não se conseguindo perceber a razão pela qual isso acontece. Gostaria, também, de saber da parte dos senhores deputados municipais, qual a sua posição, qual a sua opinião e quais as suas sugestões, relativamente à matéria de segurança e particularmente às situações que têm ocorrido nos últimos tempos em Albufeira. Gostaria de os ouvir, aqui neste fórum, se possível no período antes da ordem de trabalhos. Peço isto, como cidadã, a todas as forças políticas que aqui estão presentes, bem como ao senhor Presidente da Câmara, naturalmente. Por coincidência, estive cá na altura que, todos estes cidadãos que estão aqui a pugnar pelas suas questões e na altura, expressei que essas situações fossem resolvidas a bem de todos e mais uma vez, reitero que gostaria que fossem resolvidas a bem de todos.”-----

António Nóbrega: “Boa noite a todos, uma vez mais, cá estou eu para partilhar uma informação e para fazer um alerta, que me parece natural e genuíno. A Assembleia Municipal é um órgão legislativo, é um órgão que aprova regulamentos, aprova planos municipais, de gestão urbanística, de planeamento, de gestão financeira. Digamos que, de todas as áreas que dizem respeito ao funcionamento do município. É uma Assembleia Municipal de quê? Uma Assembleia Municipal de um território, no espaço físico. É isto que os cidadãos vieram dizer cá, há pouco, tem a ver com a gestão desse



território, do que se faz no espaço público, o emprego, trabalho, a saúde, a residência, os nossos filhos numa creche, numa escola, um hospital quando é necessário, uma inundação. Tudo isso tem a ver com a gestão urbanística. A Assembleia Municipal tem feito um esforço para trazer os cidadãos a este órgão, para participar, que é fantástico o esforço que têm desenvolvido. Agora com a divulgação que está a ser feita, melhor, mas a Assembleia tem de ir para o território, tem de ir para o terreno, tem de ir para o local. Tem de ter comissões para saber o que se passa em cada uma das áreas. É a minha opinião, estou a partilhar convosco uma informação. Amanhã vai decorrer uma sessão de um julgamento, em que a Câmara Municipal interpôs uma ação crime contra um técnico projetista que fez um projeto numa comunicação prévia. Uma comunicação prévia, para que os senhores se relembrem, é um ato através do qual um particular diz que vai fazer um hotel, por exemplo, de mil e quinhentos quartos, num determinado local. Vai fazer esse hotel, comunica à Câmara, paga as taxas e começa a construir o seu hotel. Os serviços municipais fazem a apreciação, do projeto desse hotel e depois detetam, naturalmente, que nesse projeto é humanamente impossível cumprir todas as regras ao milímetro, que são aplicadas à construção e à instalação desse hotel. O que é que acontece na prática? A equipa técnica municipal verifica que afinal aquele hotel não podia estar a cinco metros de distância do eixo da via, tinha de estar a dez metros de distância do eixo da via, mas o particular, o cidadão como a lei lhe permite, já pagou as taxas e já começou a construir o seu hotel. O que é que a Câmara tem feito até agora? E bem, porque é o que a lei diz. Uma coisa é o que a lei diz, outra é o que o bom senso aconselha. A Câmara apresentou queixas-crime contra esses técnicos que assinaram termos de responsabilidade, garantindo que estavam cumpridas as normas legais, mas afinal o prédio não estava a dez metros, afinal estava a cinco. É possível que alguns membros da Assembleia Municipal também tenham apresentado comunicações prévias que não correram bem. O que é que isso quer dizer? Quer dizer que, a gestão urbanística hoje em dia, merece que se dê atenção. Que a Assembleia Municipal aprove o regulamento de organização dos serviços e dos planos municipais, mas que saiba, de facto, aquilo que está a ser aprovado. Porque esses planos vão ser postos em causa, cada vez mais, com esta nova reforma, que é a mera comunicação, a comunicação simples, o pagamento das taxas que permite ao particular fazer obras, isto é uma transformação, na cidade, na administração pública. Agora, o particular não tem de ficar à espera que a Câmara diga que sim, o técnico garante que



se cumprem as normas legais. Reparem que isto tem a ver com a venda ambulante, tem a ver com o alojamento local. Temos nove mil estabelecimentos de alojamento local, noventa por cento estão irregulares. A Assembleia tem feito um esforço para trazer o cidadão aqui à sala, mas parece-me bem que a Assembleia, deve, na minha opinião modesta, nomear grupos de trabalho, para saber aquilo que se passa, em relação a cada plano que é aprovado, a cada regulamento, o regulamento de organização dos serviços. Como? Porquê? Porque não? Eu dou muito valor à vossa presença aqui, vocês deixam os vossos lares e dedicam-se a uma causa que tem a ver com o interesse da sociedade e eu dou muito valor a isso. Porque eu faço voluntariado desde os meus quinze anos. E os senhores não fazem voluntariado, fazem cidadania, mas cidadania também é estar no terreno, é ter uma comissão, um grupo. Por favor, vão amanhã assistir ao julgamento, ou peçam a alguém que vá e que grave para os senhores ouvirem aquilo que se vai passar. É representativo do que se passa no município. A última sessão de julgamento que aconteceu, que eu fui obrigado a ir assistir, se houvesse um buraco, como se diz em português corrente, naturalmente eu escondia-me. Penso que os senhores deputados ilustres da Assembleia, que estão aqui a fazer um trabalho muito válido, com muito valor e que não é reconhecido pela generalidade da população. Não sabem porquê que se aprova um regulamento de funcionamento dos serviços, não sabe porquê que se aprova um plano, audição pública dos planos não é audição pública. Audição pública é ouvir cada cidadão, da Associação de Moradores, do bairro da Quinta da Palmeira, do centro da cidade. Ouvi-los, saber o que eles têm para dizer. Isso é que é audição pública, não é colocar avisos nos jornais e nos placares. É mais do que isso. O que eu tenho aqui para partilhar convosco é essa informação. A Assembleia merece, os cidadãos merecem que os senhores vão para o terreno, vão amanhã ouvir o que se vai passar no julgamento. Vão ver o que é um cidadão comum, com problemas gravíssimos, o que é um técnico projetista que faz projetos de boa-fé, vão ver o que são os técnicos da Câmara Municipal, servem a administração pública e servem o interesse público, são confrontados com informações e com acusações que não são justas. Os senhores devem fazer isso, não estou a dizer isto por mero acaso. Estou a dizer que é importante que os senhores que aprovam os regulamentos municipais de organização, que aprovam os planos, que aprovam o regulamento da venda ambulante, estejam no terreno, ou que mandem alguém. E tenham a sensibilidade para saber recolher informação e decidir."-----



Presidente da Câmara: "Boa noite a todos, relativamente às questões abordadas pela D. Cristina e D. Deolinda, houve um procedimento concursal, que decorreu de acordo com as normas legais de todos os concursos, com audiência prévia, com período de reclamações, com uma aplicação de critérios, e os critérios num concurso são sempre discutíveis. Depois o vereador Rogério, como está mais dentro do assunto, foi ele que acompanhou de perto o trabalho do júri, poderá tecer mais alguma consideração sobre isto. Relativamente às outras questões, levantadas pela Dra. Ana Vidigal, inteirei-me há pouco tempo da situação do CAE. Está com deficiências na construção e dentro de pouco tempo poderá abrir-se procedimentos para que possa vir a ser ocupado. Está lá uma zona que já está a ser ocupada há muitos anos, com a cooperativa dos Táxis de Albufeira. Relativamente à segurança, dentro de pouco tempo vou convocar um Conselho Municipal de Segurança, no entanto quero dizer que penso que por aquilo que é dado a perceber, as forças de segurança não o dizem, são situações que passará pouco mais que o normal. É normal numa cidade que tem muita gente, em determinada altura, muita concertação de pessoas acaba por existir alguma anormalidade, existir alguns problemas. Não sei a monta desses grandes problemas, mas as forças de segurança dizem, nos seus relatórios, que a parte do crime decresce, portanto é uma questão de se analisar isso no Conselho Municipal de Segurança. O senhor António Nóbrega apresentou aqui alguns números que são preocupantes, nove mil alojamentos locais, foi uma afirmação e que noventa por cento estão ilegais. Temos de ver com os serviços, o senhor António Nóbrega faz parte destes mesmos serviços, é chefe de divisão já há alguns anos, portanto com certeza que vai colaborar nesta verificação da ilegalidade ou irregularidade destes mesmos noventa por cento dos nove mil alojamentos locais."-----

Vereador Rogério: Boa noite a todos, em relação à questão do concurso da venda ambulante, lamentavelmente não há muito mais a acrescentar daquilo tudo que afirmei no dia vinte e nove de Janeiro, que também estiveram cá presentes e mais ou menos expuseram as mesmas situações que hoje foram colocadas. O júri, hoje de manhã, informou que tem o relatório final, tem as atas prontas para entregar, para ser agendado para reunião de Câmara. Essa a única novidade que vos posso dizer. Ainda não tenho conhecimento. Não sei como é que a D. Deolinda e a D. Cristina dizem que tiveram conhecimento. Uma questão é, que fala-se que pouco mudou, foi o que me afirmaram hoje, mas não tenho a lista final. Supostamente, como a D. Deolinda e a D.



Cristina estavam em suplentes, supostamente continuam em suplentes. Assim que vir a ata iremos verificar e a seguir será abordado por todos os sete elementos da Câmara, iremos deliberar a aprovação da ata e a atribuição como está, ou não, se encontrarmos algo que esteja errado. Partimos do princípio que o júri fez um trabalho correto, os critérios de cálculo para a pontuação são discutíveis, nada é perfeito. Já foi abordado, aqui, a situação dos rendimentos, porque ninguém imaginava que pudesse haver alguém que ao fim de x anos de trabalho tivesse uma declaração de IRS a zeros, não estava previsto e pontua. O critério que não foi bem calculado, até posso assumir parte da culpa, como vereador do pelouro acompanhei o trabalho do júri e levei à Câmara para ser aprovado os editais como foram. Se calhar o ter colocado os espaços logo com definição do tipo de artigo que lá ia vender, achamos que seria melhor assim, não aconteceu porque houve pessoas que mudaram a atividade. Pensávamos que toda a gente ia manter o historial que têm há anos. Nós ficamos a saber que há pessoas que vendiam há x anos um produto, mas depois viram *"mas naquela banca interessa mais outro tipo de produto, vou pontuar bem porque sou antigo na atividade"* e mudou e selecionou outro tipo de produto para venda, o que veio prejudicar o caso das duas pessoas que se pronunciaram aqui hoje, até porque candidataram-se para o mesmo tipo de artigo, que é o que há mais lacuna. Estamos todos conscientes da vossa ansiedade, da vossa situação, depois de vos ouvirmos ficamos preocupados e sensibilizados para a questão social. Toda a gente aqui preocupa-se e sabe avaliar essa situação, ninguém quer o melhor ou o pior, tenho a certeza que toda a gente que ouviu o que vocês disseram está aqui com a consciência pesada, como é que vão ficar em suplentes ou o que vai acontecer. Mas isso tem a ver com a questão da venda ambulante, é uma atividade económica perante a lei, foi aberto o concurso que a lei obrigava, foi considerado os critérios de valorização. Há falhas? Provavelmente, desde que aqui estou ainda não vi um concurso público que tivesse sido cem por cento perfeito. A Câmara Municipal irá, de certeza, estar atenta, irá no mais breve possível, tentar completar essas lacunas. Nem que seja abrir um novo concurso, com mais espaços para conseguir que algumas pessoas, que sentimos que há aqui alguma injustiça social, não estou a dizer que haja injustiça em termos de cálculo de pontuação, temos de partir do princípio que está tudo bem feito. Agora é aguardar mais alguns dias, a ata estará para sair brevemente, penso que amanhã vai ser entregue para ser agendada para reunião



de Câmara. Se não for para a próxima semana, será na outra reunião de Câmara no final do mês."-----

Presidente da Assembleia: "Uma questão relativamente à intervenção da Dra. Ana Vidigal, no que diz respeito ao CAE, é um dos pontos que está agendado para discussão, o ponto vinte e um. Este ponto vem ao abrigo de uma solicitação de um grupo de munícipes. A porta-voz é a senhora Sofia Assunção e portanto a mesa decidiu que falaria no próprio ponto, para não esvaziar o ponto propriamente dito. Relativamente a mais questões sobre o CAE remetemos para o próprio ponto."-----

Cristina Costa: "Estou super nervosa, quero que o senhor Presidente leve isso em conta, porque acho que tenho direito de ficar ali. Acho que é injusto passarem duas pessoas com menos anos que eu à minha frente e eu estive sempre ali a trabalhar, o inverno todo. O senhor vereador passava lá e dizia "fiquem descansadas" e nós ficamos descansadas, eu e a minha irmã. Albufeira, neste inverno era uma tristeza, não havia ninguém ali, tudo fechado. Era o Paga-Pouco, nós ali e pastelaria Baron. Tudo fechado, os turistas passavam e perguntavam o que se passava. E vão me tirar a mim da avenida, quando eu estive ali o inverno todo, não foi só este, foram todos. Leve isso em conta, senhor Presidente, porque eu gostava muito de ficar com o meu lugar, porque acho que tenho direito ao meu lugar. Veja quem é que está a meter as pessoas de parte, porque não pode ser assim, tem de ser um concurso justo e eu acho que não está a ser, da parte do júri, a engenheira Paula Custódio e a Dra. Carla Ponte não estão a ser corretas. Tenho pena que ela não esteja aqui, porque eu dizia-lhe exatamente o que estou a dizer ao senhor, dizia à Carla Ponte e à Paula Custódio, que foram muito arrogantes. Vou confiar em si, senhor Presidente e vou esperar que fique com um lugar na Avenida Vinte e Cinco de Abril."-----

Ana Vidigal: "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi de facto uma interpelação relativamente à questão, que dei nota, que estava agendada no ponto da ordem de trabalhos e foi no sentido de a reforçar. Queria só perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, porque acabou por não abordar a questão do Plano de Mobilidade, porque a pergunta foi, se todas as questões que foram aqui colocadas, em sede de Assembleia Municipal, por parte dos cidadãos, se estão contempladas no Plano de Mobilidade, particularmente, no que diz respeito às questões com as pessoas portadoras de deficiência e com o alargamento dos percursos do Giro a todas as freguesias. E como não respondeu, gostaria de ver essa questão respondida.



Relativamente às questões de segurança, apenas lamentar, como cidadã que um Conselho Municipal de Segurança não reunisse ainda durante este mandato. Compreendo que haja algumas vicissitudes relativamente à situação, mas não reuniu ainda, durante este mandato, um Conselho Municipal de Segurança.”-----

Presidente da Assembleia: “Senhor Presidente da Câmara, uma vez que a questão está referenciada no ponto dezanove da ordem de trabalhos, a resposta será carreada para o próprio ponto, sob pena de esvaziarmos a discussão do assunto.”-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: “Boa noite, gostaria de levantar uma questão que tem vindo a ser levantada relativamente à delimitação das freguesias. Temos, de facto, um problema relacionado com o Geoportal e verifica-se que há ali um problema grave entre a freguesia de Ferreiras e a freguesia da Guia. A informação que tivemos é que a informação que foi colocada neste Geoportal, presumo que por parte da Câmara Municipal, não teria sido feita de forma correta. O que está neste momento a acontecer é que a confusão é de tal maneira que há pessoas que estão na freguesia de Ferreiras, mas que têm o código postal da freguesia da Guia, que eventualmente quando fazem os seus cartões de cidadão ficam com a informação da freguesia da Guia. Isto não só trás inúmeras dificuldades, como até em termos das próprias eleições pode haver alguma confusão, em termos do eleitor não poder votar na sua Junta de freguesia. Por acaso estive a ver esta questão com o senhor Presidente da Junta, quer da Guia, quer de Ferreiras, muni-me de uma brochura feita por uma ilustre técnica desta casa, a Dra. Idalina Nobre, um estudo histórico sobre Ferreiras e de facto, está cá, não só a lei quarenta e nove de noventa e sete, como também os mapas e as áreas delimitadas. Portanto, o senhor Presidente da Junta tem tentado, junto da Direção Regional do Território e de outras entidades, no sentido de esclarecimento desta situação, mas deixaria este repto, para que a Câmara Municipal, o mais rapidamente possível pudesse, também intervir e definisse esta área, que efetivamente está em lei e portanto, não me parece que possa ser alterada, que não seja por outro instrumento que seja, efetivamente, a lei da república. Nesse sentido, deixaria ao senhor Presidente e aos técnicos da Câmara, a possibilidade de junto da



Direção Regional do Território e juntamente com o Presidente da Junta e com outros munícipes, resolver efetivamente esta questão. É, como digo, uma questão premente, está a causar alguma confusão nos munícipes, os processos estão na Junta de Freguesia. Presumo que tenha que haver uma deliberação das próprias Assembleias de Freguesia, no sentido de colmatarem estas dificuldades, se assim acontecer. Só para dar uma ideia, há pelo menos duzentos e vinte hectares das Ferreiras, que estão neste momento na Guia. Há depois, delimitações que tem a ver com o Cotovio e Boliqueime, no que diz respeito a Ferreiras. E também uma pequena parte que tem a ver com a Junta de Freguesia de Albufeira, mas é uma parte relativamente ínfima. Nesse sentido, alertava, mais uma vez, o senhor Presidente e os técnicos, para a resolução deste problema o mais rapidamente possível. Uma outra questão, que tem a ver com a questão do pagamento e do aditamento que foi feito às Juntas de Freguesia, quanto ao valor aditado àquele que é o valor normal. Só para dar indicação, o senhor Presidente, na última Assembleia referiu que ficou suspenso o pagamento em virtude de a Assembleia Municipal ainda não ter aprovado esse aditamento e a razão pela qual teve de vir à Assembleia e ter-se até antecipado essa Assembleia, para que o mesmo e os contratos de execução fossem aprovados. Só para referir que, os duodécimos daquilo que é o contrato para a legislatura devem ser pagos independentemente de haver aditamento ou não e de ele ser aprovado ou não, portanto, nesse sentido a situação está esclarecida, está resolvida, era só uma nota. Quanto às questões colocadas pela Dra. Ana Vidigal, não irei responder, porque acho que será fundamental resolvermos ou discutirmos sobre estas questões no Conselho Municipal de Segurança, esse sim, o órgão fundamental para nós discutirmos todas estas situações e até obtermos as informações necessárias para podermos tomar aqui uma posição o mais precisa possível."-----

Renato Pimenta: "Boa noite, gostava de colocar duas questões ao senhor Presidente da Câmara. Queria saber qual é o estado do concurso para a recolha do lixo e porque não ainda não foram atualizados os vencimentos do pessoal assistente operacional, da Câmara Municipal?"-----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao Dr. Francisco Oliveira, tendo em conta o que falou sobre os limites da freguesia de ferreiras, em conjugação com outras freguesias limites, nomeadamente Guia, Boliqueime e Albufeira e Olhos de Água, quero dizer que fui alertado, ontem, por um cidadão daquela freguesia, nesse aspeto e hoje de manhã



falei com o Diretor de Departamento, que me falou que haveria já há algum tempo algumas dúvidas sobre estes limites e estabeleci com ele, que após a Páscoa iremos reunir para definir a estratégia a adotar, tendo em conta a Direção Regional do Território e outras entidades que possam eventualmente ter aqui influencia neste aspeto negativo. Há muitas entidades a mexer nessa situação e temos de clarificar isso. Com certeza que o Presidente da Junta de Freguesia da Guia não quer os duzentos e vinte hectares, se pertencerem à Junta de Freguesia de Ferreiras. Queremos que isso fique esclarecido e definido uma vez por todas. Relativamente ao aditamento, foi uma questão que talvez não tivesse percebido o que disse na altura, mas depois podemos esclarecer melhor. Relativamente ao Renato Pimenta, em relação ao concurso de recolha de lixo houve duas interposições de ações judiciais, relativamente ao concurso. As ações em tribunal suspendem, o contrato não foi assinado, iremos fazer ajustes diretos até que a situação fique resolvida. A atualização dos vencimentos dos assistentes operacionais, penso que os serviços estão a trabalhar de acordo com as regras da contabilidade pública, mas vou saber o que se passa e podemos falar depois, quando tiver esse esclarecimento."-----

Renato Pimenta: "Chegou ao meu conhecimento que há trabalhadores que andam a ser abordados por uma empresa, que não consegui definir qual é, ainda, a pedir-lhes para assinar contratos, rescindindo com a Ecoambiente e prescindindo dos direitos que tinham com a Ecoambiente. A minha pergunta é simples, o que é que acontece com a verba consagrada no contrato, destinada a indemnização dos trabalhadores, se não for utilizada pela Ecoambiente? Reverte para a Câmara?"-----

Presidente da Câmara: "Se é com a Ecoambiente não é com a Câmara. São empresas privadas, nós não temos absolutamente nada a ver com a questão dos contratos assinados entre uma empresa privada e um trabalhador. Não tive conhecimento de nada disso, mas não é uma questão que tenha o cariz municipal."-----

Renato Pimenta: "Mas há uma verba consagrada no contrato, destinada a indemnizações dos trabalhadores. Se ela não for utilizada reverte para a Câmara ou continua com a Ecoambiente com a rescisão do contrato que vai acontecer?"-----

Presidente da Câmara: "Para a Câmara nunca. Para a Câmara só podem entrar trabalhadores por via concursal."-----

Presidente da Assembleia: "Se eu percebi bem, tem a ver com uma questão do caderno de encargos, que consagrava uma verba para a indemnização dos trabalhadores findo o



contrato. Que caso a Ecoambiente não utilizasse esta verba seria devolvida à Câmara Municipal, é essa a questão."-----

Presidente da Câmara: "A verba estaria escrita no caderno de encargos, precisamente com base na proposta que os concorrentes se basearam para concorrer, terão de ser entre os concorrentes que terão de pagar indemnizações, a Câmara nunca tem de pagar indemnização nenhuma, não são trabalhadores dela."-----

Renato Pimenta: "Parece-me que a minha questão é outra. Há uma verba consagrada, no contrato com a Ecoambiente que é exatamente para indemnizar os trabalhadores aquando da rescisão."-----

Francisco Oliveira: "Penso que entendi o que o Renato quer dizer. Nós quando discutimos aqui o novo caderno de encargos, colocava-se exatamente essa questão. Ou seja, de haver um montante, que está no próprio contrato e que a Câmara Municipal vai pagar à empresa que ganhar a adjudicação, para que, na eventualidade de terminado o contrato haver indemnizações aos trabalhadores, a empresa, com esse montante que está no referido contrato faça o pagamento dessas indemnizações. O que penso que o Renato está a dizer é que terminando este contrato e havendo necessidade de indemnizar trabalhadores a empresa que eventualmente tiver que o fazer, uma vez que tem lá a verba, deverá fazê-lo, ou em último instância, retornar esse montante à Câmara Municipal. Parece-me, é novidade, porque não tinha ouvido isto, haverá uma empresa que se está a cercar dos trabalhadores, pedindo para eles rescindirem, não tendo direito aquilo que são as indemnizações. Tentando, de certa maneira, ultrapassar aquilo que era a regra estipulada no caderno de encargos e que obrigava a empresa que já lá tem os valores, a fazer o pagamento aos referidos funcionários, que eventualmente venham a dispensar. É esta a questão."-----

Presidente da Câmara: "Continuo a dizer, isso é uma questão entre trabalhadores de empresas privadas, não é uma questão com a Câmara Municipal. A Câmara Municipal apenas tem de pagar o resultado da concessão, que vai fazer. Se o trabalhador rescindir contrato com a Ecoambinete, de livre iniciativa, com certeza que não vai receber a indemnização. Se não rescindir e tiver direito, de acordo com a lei vigente, com certeza que terá que receber. Não é à Câmara Municipal que compete nada disso, isso tem os devidos entendimentos com as empresas privadas."-----

Francisco Oliveira: "Não é essa a questão, a questão não é que a Câmara tenha que pagar. A questão é que a Câmara já pagou e a Câmara, naturalmente, terá que verificar



o cumprimento ou incumprimento do contrato. Se o dinheiro está do outro lado e se não é utilizado para este efeito, cabe à Câmara Municipal, em termos contratuais, vir invocar o incumprimento do que contratou e a devolução dos valores. Penso que é esta a questão.”-----

Presidente da Câmara: “Se acontecer terá de ser revisto e terá de ser verificado se há direito que a empresa devolva o dinheiro quando o contrato for terminado. Aliás, já terminou, agora esta fase em que os trabalhadores transitam ou não para outra empresa, ou pedem a rescisão ou não, ou recebem indemnização ou não. Portanto, depende com a finalização do contrato. Depois vamos ver.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: “Boa noite, nesta informação, agora há uma estrutura um pouco diferente, esse é um dos pontos a perguntar. Há a informação tradicional, digamos assim, e existe um conjunto de anexos que estão designados na informação distribuída, como anexos, ou seja, que são fichas de vários serviços. A pergunta é se esta é a estrutura que se vai manter, se a partir de agora há aquele corpo que designei como tradicional, que sempre veio à Assembleia e depois será munido de um conjunto de fichas por setores. Quanto a um dos pedidos que foi efetuado, no âmbito do planeamento territorial e da gestão urbanística, solicitaram a entrega dos documentos, fazendo, aqui, um ponto de situação de alguns planos, na sua execução, mas há aqui uma omissão ao nível do Plano de Urbanização da cidade de Albufeira, que nada é referido, nesta súmula de ponto de situação. Sobre esse Plano não se percebe em que fase estamos, na sua execução, do PUCA. É verdade que ele está elaborado, mas a pergunta é, e já foi feita várias vezes, a sua execução? Isto é, o que é que se passa com a execução, com as unidades de execução? Depois, ao nível do PDM, há uma informação que é disponibilizada e há referencia que já foi entregue ao município os estudos de



caracterização de diagnóstico. O que nos leva a dizer, se é possível disponibilizar esses documentos, para termos de forma faseada, e não como outros planos que aqui chegaram, com uns tómbolos de centenas de páginas, numa fase final, onde depois até discussões da fase inicial tornam-se menos consequentes discuti-las numa fase final, ou de propostas já quase fechadas. Julgo que era interessante disponibilizar alguma desta informação, que faz referencia aqui como existente. Por fim, uma questão que gostaria de colocar, porque já passou aqui algum tempo, desta adjudicação e que não é claro o que é que está a ser executado, é ao nível do Plano de Gestão e Divulgação do PARU de Albufeira. Salvo erro, passou pela Assembleia em Dezembro de dois mil e dezassete, teve a sua tramitação final, com o contrato em dois mil e dezoito e temos já quase um ano de execução deste Plano de Gestão e Divulgação e como não há aqui referência, se podemos ter conhecimento do que é que se tem feito neste domínio."-----

Francisco Oliveira: "Só para acrescentar uma questão, o senhor Presidente veio colocar nestes anexos informação relativamente ao PDM, mas obtivemos informação de que teria havido um pedido de prorrogação, por mais três anos para elaboração do PDM. Achamos, realmente, estranho, até porque a lei habilitante vem dizer que, se não estou enganado, em Junho de dois mil e vinte este PDM terá de estar terminado e resolvido. Das últimas informações que tivemos do senhor Presidente é que o PDM estaria em fase final, em fase de conclusão, portanto gostaríamos de ter um esclarecimento sobre esta questão."-----

Presidente da Assembleia: "Só um esclarecimento, esse pedido de prorrogação que refere é por parte da Câmara Municipal ou por parte da equipa que está a fazer?"-----

Francisco Oliveira: "Em princípio por parte da Câmara Municipal."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente às questões do Pedro, a apresentação das questões da informação, é uma questão de se uniformizar essa questão. Em relação ao PARU, vai haver uma sessão de esclarecimento em maio, no auditório. O PDM foi pedido a prorrogação por mais três anos, precisamente porque os períodos têm de ser por três anos. No entanto, em meados de dois mil e vinte espera-se ter o PDM aprovado, que é a altura própria. Essa data inclui-se nos três anos de prorrogação de prazo, tinha de ser pedido assim. Quero informar que já fizemos com a equipa uma reunião de esclarecimentos com os membros do executivo e depois da Páscoa vamos fazer uma apresentação do ponto da situação do PDM, pela equipa de elaboração aos membros da Assembleia Municipal. Ficam todos convidados, para a data que irá ser marcada oportunamente, e com certeza que irão ficar esclarecidas algumas das dúvidas."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----



PONTO DOIS

Tomada de conhecimento do Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de 2018;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Da leitura que fizemos deste relatório, surge-nos uma questão que nos parece, talvez por lapso, possa ter acontecido. Na penúltima página, faz referência dizendo que "*nenhuma das entidades intervenientes se pronunciou na sequência do direito de audição supra mencionado.*" Parece-me isto um bocadinho exagerado, tendo em consideração que quer os nossos vereadores do executivo, quer os membros da Assembleia Municipal, não só do Partido Socialista, mas de outras forças políticas, sempre apresentaram propostas, quer escritas, quer verbais e recomendo, aliás, acho que é de bom-tom, retira-se esta frase daqui, porque dá ideia que a oposição basicamente nada interveio, nem apresentou qualquer tipo de propostas, seja relativamente a estas questões, seja a todas as outras que eventualmente possam ter passado por esta Assembleia. Portanto, o Partido Socialista entende que não votará favoravelmente um relatório neste sentido, que venha a dar indicação de que não teve intervenção ou que o direito de oposição não foi exercido."-----

Presidente da Assembleia: "Relativamente a isto, também questiono o senhor Presidente da Câmara, mas a frase refere-se única e exclusivamente, na sequência do direito de audição e portanto, no prazo e não depois nas aprovações ou eventualmente na discussão. No prazo do direito de audição, portanto, quando estivesse em discussão pública ou quando estivesse a ser estudado o processo e não aquando da sua votação."--

Presidente da Câmara: "Essas propostas não existiram no período em que é dado, em que é escrita uma carta para cada cabeça de lista, ou líder parlamentar, das forças políticas aqui na Assembleia, e depois não houve respostas, propostas nesse período de tempo. A questão talvez não esteja bem entendida."-----

Francisco Oliveira: "Penso que não está porque depois, há que referir que os vereadores não permanentes fazem parte do órgão, apresentaram propostas em reuniões daquele órgão. Nem está tão pouco aqui a questão do direito de audição, está efetivamente a apresentação das propostas. Se queremos distribuir isto por audição ou por não apresentação de propostas, é que dá de facto a ideia de que, relativamente



a todas estas situações não foram apresentadas propostas. Portanto, acho que é de bom-tom, retirar-se efetivamente esta frase."-----

Presidente da Câmara: "É uma questão de português, provavelmente."-----

Presidente da Assembleia: "O estatuto é para tomada de conhecimento, como tal a Assembleia toma conhecimento, não delibera sobre ele. Fica a ressalva mencionada em ata, do membro Francisco Oliveira, relativamente à questão do relatório."-----

Francisco Oliveira: "Agradeço que, a respetiva publicação no Boletim Municipal possa ter esta referência. Tem a ver com a tomada de conhecimento, mas nós entendemos acrescentar que deveria ser retirada esta frase. Porque, de facto diz, *entendendo concluído o presente relatório terminando, determinando finalmente, o respetivo agendamento, a posterior remessa do mesmo aos titulares do direito de oposição referidos, a fim de que sobre ele se pronunciem conforme legalmente previsto, e a respetiva publicação no próximo número do Boletim Municipal*. Portanto, estamos a publicar algo que não corresponde à realidade."-----

Presidente da Assembleia: "Isto levanta-nos aqui uma questão, é que somos vinte e cinco e a questão de isso ir mencionado reflete a posição de vinte e cinco e não reflete. Senão, teríamos de deliberar cada um, entendo isso como uma declaração relativamente à tomada de conhecimento e não como conteúdo do documento. Porque estarmos a alterar um documento que é da Câmara Municipal, se a Câmara Municipal não alterar, peço desculpa, mas não podemos publicar o este relatório, com uma alteração, sem que todos os membros considerem como seu essa consideração. Percebo isso, mas não sei como o faríamos, colocando na respetiva publicação essa consideração. Entendo que seja uma nota, entendo que seja uma manifestação, mas não posso incluir neste documento. Não sei se o Presidente da Câmara o entende alterar nesse sentido. Creio que a Assembleia não pode adicionar elementos a este relatório, neste momento, porque ao fazê-lo assume-se como de todos. E é apenas uma tomada de conhecimento e não uma deliberação."-----

Francisco Oliveira: "Quer isto dizer, em termos radicais, que o documento será elaborado da forma que se entender, vem a esta Assembleia Municipal, a Assembleia Municipal não tem qualquer poder para o alterar ou para fazer qualquer tipo de referência e ele podia ser elaborado da forma que se entendesse. Aqui caber-nos-ia, desculpe o termo, se calhar é muito forte, comer e calar. Vem um relatório, com indicação do quer que seja, não há possibilidade de ser alterado, sendo um relatório do



direito de oposição, consta nele situações que não correspondem à realidade. Parece-me até a situação mais absurda, quando estamos a falar do direito de oposição. No direito de oposição ele é elaborado pela situação e a oposição nada tem a poder esclarecer ou alterar."-----

Presidente da Assembleia: "Eu compreendo o que diz, faço-lhe a pergunta de outra forma, sou acusado de ser formalista demais umas vezes e depois noutras quer-se que eu seja menos formalista. A questão é, uma tomada de conhecimento e vou pegar na última frase que o senhor deputado disse, é que é o estatuto e a oposição não pode. Bom, se é um estatuto do direito de oposição, efetivamente, está prevista na lei, agora, nós Assembleia Municipal, não tomamos decisão. Podemos tomar, pode propor uma deliberação, relativamente a isto, podemos incluir uma qualquer deliberação, mas ao incluirmos qualquer questão que não esteja aqui e que seja da sua posição vai se refletir nos outros todos. Então, como é que nós responsabilizamos ou incluímos uma frase que é sua, num relatório do direito de oposição para ser publicado e que seja incluído. Em termos de exemplo, eu não me reconheço no seu, não me reconhecendo no seu o relatório vai refletir algo que eu não me reconheço nele. A que título é que nós podemos fazer isto? A questão é que não sei responder a isso. Por isso digo, temos um documento da Câmara Municipal que vem para tomada de conhecimento, entendo o que diz. Não vou interpretar, como diz o senhor Presidente da Câmara, pode ser uma questão de interpretação, agora, a inclusão de uma determinada frase ou determinado procedimento, como é que ela me pode afetar a mim, enquanto membro da Assembleia. Acho que não pode. Não sei qual dos dois direitos é que fica mais ferido aqui. Do meu ponto de vista, não temos deliberação sobre esta matéria, é uma tomada de conhecimento, vem à Assembleia para tomada e conhecimento, é um relatório que é da Câmara Municipal, se não gostarmos podemos fazer uma manifestação nesse sentido, como o senhor fez e fica registado em ata, relativamente a essa questão. Até podemos pedir que a sua manifestação, a sua nota possa ser incluída no boletim, como uma medida justificativa, até aceito isso, mas não no relatório. Será um ato pessoal, ou de quem quiser subescrever, nós solicitamos à Câmara Municipal a inclusão desse documento, sendo possível, dentro do boletim, mas não no estatuto. Aí responsabilizará e é a opinião de quem o subescrever, solicitando isso como uma tomada de posição dos membros da Assembleia, relativamente a isso. Parece-me mais exequível do que alteração deste ponto."-----



Francisco Oliveira: "Por mim é indiferente, seja a inclusão através de uma recomendação no referido relatório, seja a indicação no próprio Boletim Municipal, de que quanto a nós não corresponde à realidade aquilo que vem lá versado. Para nós é indiferente uma situação ou outra."-----

Presidente da Assembleia: "Mas para mim não é, volto a dizer. Sendo acusado de ser menos formalista e na última Assembleia tivemos isso, nem sequer estou a ser formalista em excesso. Coisa que passarei a ter esse cuidado, mas é única e exclusivamente a questão de alterarmos um documento que não é nosso, é da Câmara Municipal, em que a Câmara Municipal nos remete para conhecimento e todas as manifestações que são legítimas, que seja a favor, que seja contra, possam ser publicitadas, no âmbito desse estatuto, do direito de oposição, mas nunca alterando o documento que vem da Câmara Municipal. Portanto, será publicado no boletim, como tal, como uma manifestação dos membros que subescreverem aquela peça e que será publicada. Mas acho que só isso."-----

Francisco Oliveira: "Qual a forma? Será pela via da inclusão ou por via dessa referência, quando nós não concordamos e achamos que o que vem versado, por parte da Câmara Municipal não corresponde à realidade. É essa a nossa manifestação, relativamente ao relatório em si. Se é possível alterá-lo e se o senhor Presidente entende alterá-lo, em termos de relatório, ou se entende que deve ser glosado com esta nossa intervenção."-----

Presidente da Câmara: "Como é óbvio, não tenho competência para alterar esta situação aqui, uma vez que isto é emanado do órgão Câmara Municipal. O que posso fazer é, levar um esclarecimento deste conteúdo desta frase, para que possa vir à Câmara e que depois possa vir a ser remetido à Assembleia Municipal, para, de alguma forma esclarecer o que está aqui escrito."-----

Fernando Cabrita: "A questão que aqui se põe é que tem de ser inequívoco que essa expressão não faz parte do estatuto do direito de oposição. E a redação do estatuto do direito de oposição não vai meter isso como sendo parte. Pode ser um ponto do relatório, mas não pode ficar de uma forma inequívoca em que efetivamente faça parte do estatuto. Ou que se entenda na leitura que possa fazer parte do estatuto de oposição. E também se sabe quais foram as vicissitudes e que de facto houve intervenções aqui, de vários partidos, com certeza, e que houve esse imposto. Dessa forma, dá ideia que isso faz parte do estatuto de oposição."-----



Presidente da Câmara: "Uma vez que este documento foi aprovado em reunião de Câmara Municipal e foi enviado pela Câmara para a Assembleia Municipal, não me compete a mim, como Presidente da Câmara estar aqui a alterá-lo. Portanto, o que vou fazer é fazer o esclarecimento, a ser aprovado em Câmara Municipal, para que possa ser remetido à Assembleia, destes pontos que estão aqui em dúvida."-----

Presidente da Assembleia: "Pergunta concreta, o senhor Presidente está a retirar o documento da tomada de conhecimento?"-----

Presidente da Câmara: "Não estou a tirar o documento. Irei apresentar um esclarecimento àquilo que está aqui escrito. -----

Fernando Cabrita: "Quer dizer que esta tomada de conhecimento fica consumada, então não se percebe porquê que o senhor Presidente vai levar à Câmara, uma vez que não sente que tenha competência e acredito que não tenha, e que tenha que ser a Câmara. Mas então, não volta à Câmara, porque isso é um ato perfeitamente inútil de ordem processual."-----

Presidente da Câmara: "Eu não disse que voltava à Câmara."-----

Fernando Cabrita: "Disse."-----

Presidente da Câmara: "Disse que era o esclarecimento deste documento, não disse que era o documento."-----

Fernando Cabrita: "É o relatório que está mal elaborado. Esta frase é perfeitamente excessiva e não teria de ficar aqui, mas enfim, porque não corresponde à verdade."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento da alteração ao sistema de controlo interno; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos quatro e cinco e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da não-aceitação da transferência de competência para o ano de 2019 na área de educação; -----

PONTO CINCO



Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da não-aceitação da transferência de competência para o ano de 2019 na área de saúde; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Relativamente ao ponto quatro e cinco, nós entendemos que é mais uma oportunidade perdida. Entendemos, de facto, que seria a altura ideal para a Câmara Municipal assumir estas competências. Porque depois temos o ponto seguinte, que tem a ver com a conta de gerência e a aplicação de resultados, que, efetivamente, demonstram, não querendo estar a adiantar os valores que efetivamente vão transitar de um ano para o outro. Acontece que, esta é a oportunidade para estarmos a falar, por exemplo, de uma cidade como é Albufeira, que é a cidade da educação e termos uma necessidade absoluta relativamente às questões da saúde. Mais, parece-nos também, que esta seria uma forma de o PSD, cumprir as suas promessas eleitorais. Porque muitas das questões que aqui estão colocadas, quer na saúde, quer na educação, fazem parte do programa eleitoral e do programa que foi proposto á votação, para os municípios aprovarem e votarem, das últimas eleições. Portanto, até seria uma oportunidade para que estas situações pudessem, neste momento ser transitadas. Vêm nos dizer que se calhar não há funcionários, nunca mais nós avançamos com esta questão e em dois mil e vinte e um vamos ser obrigados a fazê-lo, quer queiramos quer não. Portanto, não tentativa de preparar, mais uma vez, esta ideia, a ambição é pouca relativamente a estas questões, quer à saúde quer à educação. Para já não falar de outras situações, estas são as que estão em debate e parece-nos que seria evidente e seria fundamental, agora que temos disponibilidade económica, poder avançar para este tipo de soluções e assumir estas competências e transferência de competências. Pode-se vir argumentar o envelope financeiro, se é assim nunca mais teremos envelope financeiro, sendo que, os valores que estão aqui em causa não são valores exagerados. Portanto, mais uma vez entendemos, por isso mesmo iremos votar contra a não-aceitação desta transferência."-----

Adriano Ferrão: "Boa noite, não me lembro do PSD ter defendido a municipalização da saúde e da educação, nos moldes em que este documento que vem do Governo chega aos municípios. Falou-se aqui que não há tentativa de preparar, a viabilidade destas medidas, onde é que estão as provas de que não há nenhuma tentativa, que não houve



nenhum cuidado ou um diagnóstico feito sobre aquilo que existe no concelho e que vai permitir levar por diante este processo. Provavelmente, isso já foi feito e é com base nessa consciência, daquilo que existe, que vem a proposta da Câmara em não querer assumir, em dois mil e dezanove e ganhar algum tempo, para que esses preparativos sejam culminados. Por outro lado, o envelope financeiro, que devia acompanhar estas medidas é na realidade muito importante e tem de vir do poder central, vem de Lisboa, vem de quem lá está e como sabemos é a Gerigonça. Se isso culminasse, se isso já tivesse sido referido, se isso já fosse tudo transparente, talvez a situação fosse diferente, assim não o é. Por isso, acho que a proposta da Câmara faz todo o sentido.”- Pedro Coelho: “Só queria acrescentar algumas questões ao debate, centrando na questão da saúde. A questão da saúde é a questão das competências descentralizadas, aquela que maior novidade trás, face às tradicionais áreas de atividades e competências dos municípios. É uma área totalmente nova, na sua génese, em todas as competências dos trabalhadores, é distinta. Mas, isso é o que nos leva a pensar, quando não estamos a ver o diploma em concreto. Mas, se olharmos para o diploma em concreto, ele não está assim tão distante de algumas áreas tradicionais que o município tem vindo a desenvolver. Estamos a falar de manutenção e construção de equipamentos. Experiência larga que os municípios e Albufeira demonstraram, ao longo dos anos, na construção de escolas, equipamentos desportivos, edifícios vários municipais. O que estamos a falar nesta descentralização é de manter os edifícios que até agora pertenciam ao Ministério da Saúde e construir novos. Há muito que, ao nível da saúde, se discute algumas fragilidades ao nível dos cuidados primários em Albufeira. Mas também, uma novidade que está no diploma, que é a questão dos cuidados continuados. Os cuidados continuados é, também uma fragilidade nacional, ao nível de todos os concelhos, mas Albufeira não é exceção e se calhar existem concelhos no Algarve mais bem munidos destes equipamentos. Ao recebermos esta descentralização poderíamos iniciar um processo de reforço, desta componente, da rede de cuidados continuados, algo que é premente neste concelho. E que não será feito em dois mil e vinte e um, nem dois mil e vinte e dois, nem dois mil e vinte e três, levará algum tempo. Para já, porque o próprio diploma prevê uma estratégia municipal de saúde. Aí sim, os quadros do município não estão dotados de pessoal habilitado para o fazer, como também não estão noutros domínios, que são competências tradicionais e têm de recorrer a consultores externos. Depois de ter este plano estratégico fechado



temos de ir para os investimentos, arranjar financiamento, fazer projetos e executar a obra. Isto significa que, os resultados vão se alongar no tempo, para lá de dois mil e vinte e um, se calhar estamos com resultados, num bom cenário, em dois mil e vinte e quatro, vinte e cinco. Acho que quanto mais cedo iniciarmos um processo de reforço nesta área da saúde no concelho, julgo que é o mais acautelado e que se deveria ter em atenção."-----

Francisco Oliveira: "Só para chamar a atenção, no que diz respeito aos dois PUCA's, portanto o PUCA que foi aprovado anteriormente e este no anterior mandato, nas duas situações e relativamente a opções urbanísticas, faz referência à existência de uma área para a ampliação do Centro de Saúde. Portanto, estamos nisto há cinco, seis anos, perante uma situação destas. De facto, eles estão consagrados, a situação estaria para ser definida, mas lá está, estamos a adiantar e estamos a empurrar com a barriga, sabendo nós, que todo este tipo de processos levam, não propriamente um ano ou dois, mas bastantes anos, e vamos chegar a uma situação de rutura efetiva."-----

Adriano Ferrão: "Este tema insere-se um âmbito bem mais abrangente e mais geral do país. Realmente, concordo que todos os concelhos devem melhorar neste aspeto e como muitos sabem, a educação é-me muito querida e claro que a saúde nunca pode ser desprezada. Mais a mais que temos demograficamente um problema no país, que é o envelhecimento da população, por isso, mais mal estares irão surgir, mais doença, mais cuidados continuados intensivos, enfim, todos os serviços necessários a que se processe um bom serviço de saúde. Mas, aqui parece-me que o PS tem brincado com a educação e com a saúde, sobretudo no Algarve. Erámos para ter um hospital central no Algarve, que não há meio de aparecer, que já esteve inscrito no orçamento e depois acabou por desaparecer desse mesmo orçamento. Já foi o quarto anunciado, era o quarto hospital a ser construído, e depois vêm querer que os municípios venham colmatar a situação que o próprio governo não resolve. Na educação é o que se vê, aliás, ainda na saúde, os enfermeiros, os médicos, a falta de pessoal. Na educação vemos as consecutivas lutas com os grupos laborais que lá trabalham, como são os professores, por exemplo, e que nós acompanhamos todos os dias na televisão ou nos jornais. Contar com o dinheiro que o município tem para resolver os problemas que o governo cria, enfim."-----

João Silva: "Boa noite, lanço dois reptos, para já, queria pedir ao Dr. Francisco Oliveira que nos mostrasse o programa eleitoral do PSD, nas últimas autárquicas, porque não me



recordo de termos prometido municipalizar nem a saúde nem a educação. Essa é a primeira, a segunda era importante percebermos quais foram os valores do investimento do Estado Central nos últimos anos no Algarve e em particular em Albufeira, tanto na saúde como na educação, para podermos justificar que a Câmara teria competências para assumir as responsabilidades que supostamente deveriam de ser do estado e que neste momento, como é típico do Partido Socialista, quer lavar as mãos e passar para os municípios essas responsabilidades. Não é por acaso, que a maioria das câmaras do Algarve são do Partido Socialista e apenas quatro é que aceitaram ficar com estas competências propostas pelo Estado. Alguma razão deve ser. Por fim, queria deixar o repto que, se o Partido Socialista quer e acha muito bem que a Câmara Municipal de Albufeira aceite estas competências por parte do Estado, que assuma aqui a sua responsabilidade, caso isto venha a acontecer, o seu voto a favor desta passagem de competências, passa a ser grande parte da sua responsabilidade e no final terá de justificar isso aos Albufeirenses e aos utentes, tanto do sector da saúde como aos alunos das escolas de Albufeira, pela, provavelmente, não capacidade que a Câmara poderá ter de suportar esses serviços."-----

Francisco Oliveira: "É a tradicional resposta, com a situação da pressão, ou *que se vocês fizerem*, relembro aos senhores deputados que, se alguma coisa está a ser feita, quer na saúde, quer na educação é porque não foi feita durante quatro anos e anteriormente. E porque vocês deixaram o país na situação em que deixaram, no que diz respeito à educação e no que diz respeito à saúde. O desinvestimento foi de tal maneira brutal e quando vêm com a questão do hospital central é interessante se verificar que só se passou no governo do Partido Socialista. Os senhores também estiveram no governo, durante anos e nada fizeram relativamente ao hospital central. Tudo isto é muito relativo e muito engraçado dizer que, no que diz respeito aos professores, quando efetivamente foi, durante todo este tempo que os professores não progrediram. Portanto agora têm de progredir na sua totalidade. Quando houve um desinvestimento brutal na saída de técnicos de saúde para os privados, portanto agora há que fazer um reinvestimento. É muito fácil vir dizer que a responsabilidade é toda de determinada força política, ou determinada entidade quando os senhores muito contribuíram para este tipo de situações. De facto deixaram todas as situações na situação em que se encontra. Digo mais, no que diz respeito á questão do programa, ninguém falou em municipalização, falamos foi em obras que os senhores efetivamente



se propuseram, em termos de PSD, a fazer no concelho, relativamente à educação e à saúde, nomeadamente a extensão do próprio centro de saúde, para o qual tinham desde logo, um terreno aprovado e definido."-----

Adriano Ferrão: "Aquela velha história de que *"vocês também não fizeram antes e antes e antes"* e ainda vão meter as culpas no D. Afonso Henriques. Nós realmente tivemos de pagar as despesas que o Sócrates deixou, depois quem criou as expetativas na realidade dizendo aos senhores professores que iam ver reassumido o congelamento e descongelar aquilo que foi feito foi o PS. Foi o Primeiro-Ministro que colocou isso, em dezoito e em dezanove. Mais, inscreveu no orçamento. Por isso, a fraude à expetativa é deles. Não venham cá com mais histórias. Se não o querem fazer e querem outros meios, é com eles, isso é outra situação. Quanto à municipalização, realmente não houve esse termo utilizado, veio da descentralização, depois os serviços, etc. Mas, quando se tem de pagar por aí, e é a Câmara que vai ter de pagar, quem recebe esses encargos, eu chamo a isso municipalização."-----

Presidente da Câmara: "Relativamente a estas duas questões, a educação e a saúde, obviamente que são diferentes. As razões de uma não são muito as razões da outra. As razões porque entendemos que não deveríamos ainda, este ano, de uma forma prudente, de uma forma cautelada e não precipitada não assumir as competências na área da educação, este ano, é essencialmente porque não temos ainda resolvido o problema de alguma falta de pessoal, de alguns núcleos de falta de pessoal, nas escolas do segundo e terceiro ciclo. Daí que, ao agregarmos agora, mais duas escolas, a escola secundária e a outra básica e secundária de Vale Pedras, vamos agudizar ainda mais o problema e todos nós sabemos que enquanto as escolas são da dependência do Ministério da Educação, da Administração Central, dificilmente se tornam as solicitações, os pedidos. A partir do momento que passam para a Câmara Municipal, evidentemente que é fácil, vêm aqui, está sempre aberto, está sempre gente para falar e na Administração Central não é assim, é completamente diferente. Acho que seria muito mais prudente haver esta dilação de um ano. A par de que, por exemplo, a escola secundária foi das poucas escolas secundárias do distrito que não teve intervenção na parte escolar. Era para ter tido e depois na altura esse programa foi a baixo, por falta de verbas e terminou e não teve mais intervenções. Relativamente á questão da saúde, é uma área que tem sido, até ao momento, da inteira responsabilidade da Administração Central. Eu não vou fazer como os senhores fizeram, falar do governo



anterior. Independentemente do governo que seja, o que é certo é que se olharmos para aquele centro de saúde, só por fora, nem é preciso olhar para dentro, só por fora é degradante. E se não fosse a Câmara ou a Junta de Freguesia fazer a limpeza de algumas ervas que vão nascendo naquele espaço, entre o edifício e o muro, estes anos todos, aquilo estava ervas que não se conseguiria ver o próprio centro de saúde. Portanto, aqui é uma questão completamente diferente da educação. O senhor Presidente da ARS há cerca de dois meses solicitou-me para arranjar um espaço no EMA para ampliar as urgências. Como é que é possível, no EMA fazer um espaço para ampliar as urgências. Então o Ministério não tem uma verba para fazer essa situação? E só agora? Depois de quatro anos que já lá estão, este governo. Também não estou a dizer que o outro fez tudo bem, claro que não fez. Agora, não venham culpar o governo anterior, ou não venham passar ónus para a Câmara, que é para depois ficarmos com o menino nos braços. Não se trata de questões financeiras. Mas o governo central também não pode sustentar-se só nas Câmaras Municipais, para fazer investimento, à custa das Câmaras Municipais. Que é praticamente o que tem acontecido. Eu no espaço de um mês fui contactado por cinco ou seis entidades desconcentradas da Administração Central, para fazer intervenção nos seus espaços aqui em Albufeira. Desde o SEF, Segurança Social, Instituto de Emprego, Guarda Nacional Republicana. O quartel da Guarda Nacional Republicana dos Olhos de Água só existirá se a Câmara também pagar metade da obra e o Ministério paga a outra metade. Eu pergunto e desafio se o deputado Francisco Oliveira para verificar no Algarve quais são as obras do Estado central, neste momento. Quantas são? Em Albufeira não tenho conhecimento de nenhuma. Mas e no Algarve? Quantas serão? Se calhar nenhuma. Penso que seria mais prudente, em reunião, tal como fiz com a cultura, com a diretora regional da cultura do Algarve, em que tivemos uma primeira abordagem, bastante simpática, no sentido de estabelecer uma estratégia conjunta para a questão do Castelo de Paderne. Que é aquilo que está em causa naquela transferência de competência. E para o próximo ano podíamos apresentar uma candidatura aos fundos estruturais, para que se possa fazer alguma remodelação ou recuperação, algum enriquecimento daquilo que é aquele monumento nacional. Depois, a questão do centro de saúde de Albufeira é a questão das urgências, a questão dos cuidados continuados, que já foi aqui falado, é a questão de uma série de coisas, que no próprio interior as instalações estão completamente degradadas, no exterior estão degradadíssimas. E é



pena que nós não temos pessoal, neste momento, para acatar mais essa responsabilidade este ano. Para o próximo ano, com certeza que sim, de uma forma mais pensada, por forma que os valores que a Administração Central está a pensar transferir para a Câmara se aproxima daqueles que os nossos engenheiros fizeram os cálculos e uma estimativa. Penso que é preciso termos os pés bem assentes no chão e alguma prudência, para que depois não fiquemos com o ónus, colaboramos naquilo que podemos colaborar, obviamente, mas a responsabilidade tem de continuar a ser da Administração Central, porque é assim que deve ser. Para o próximo ano, lá estaremos, para depois de um ano tratado e sustentada essa transferência, seja uma transferência sem qualquer espinho, sem qualquer problema e que possamos de alguma forma ajudar a melhorar o desempenho daquelas unidades de saúde.”-----

Francisco Oliveira: “Só para lembrar que, penso que há seis ou sete Assembleias atrás fiz uma referência ao senhor Presidente, de que o senhor Presidente da ARS teria contactado no sentido de solicitar um espaço, solicitar um terreno, uma área para poder ser instalado ou a extensão do centro de saúde ou mesmo a questão que falou agora, das urgências. O senhor presidente, na altura disse que não tinha conhecimento e que não tinha sido contactado. Lembro que esta situação foi há cerca de seis meses, talvez mais, que o Presidente da ARS me disse que tem essa disponibilidade há imenso tempo para poder eventualmente aplicar aqui em Albufeira. É um caso concreto, eu na altura tinha referido, tive uma reunião com o Presidente da ARS, que me disse que estava a aguardar que houvesse luz verde neste sentido. Seja no EMA, seja noutro local, o que é facto é que essas verbas estão disponíveis para serem apresentadas e o mais rapidamente possível, e efetivamente estão com a ARS para serem disponibilizadas.”-----

Pedro Coelho: “Só para fazer um comentário, quanto à minha intervenção e depois oiço aqui a questão de passar culpas, mas acho que devemos deixar essa questão de lado. Se o senhor Presidente diz que no próximo ano vai refletir novamente sobre isso, o caminho é caminhando e vendo o horizonte. O que estou a dizer com isto é que podemos analisar um pouco de trás, sem o partido A ou o partido B, podemos ver qual é a questão da dificuldade que o Estado Central tem em adquirir terrenos e executar a obra. A questão aqui é que desde que o atual regime originou a lei de ordenamento do território vigente, a transformação do solo é feita pelos municípios. Se a transformação dos solos é feita pelos municípios, significa que têm muito mais



facilidade de ter acesso a terrenos a custo zero, por via da execução dos planos. Algo que o Estado central não tem. Tem de o adquirir, logo tem um custo adicional, depois temos o custo adicional da construção dos edifícios. Aí, podemos dizer que é de igual forma para os municípios. O que estou a referir com isto, no futuro é que não se vislumbra, quer seja uma força quer seja outra força que esteja no Poder Central que consiga executar edifícios como executou no passado. Se formos a ver esse passado, esse passado começa a ser já longínquo, quando houve essa infra estruturação a nível dos edifícios. É normal que, esta questão da gestão da construção dos edifícios se aplique ao nível do princípio da subsidiariedade, se há mais necessidades e há mais capacidade num determinado território, assim se efetuará essa construção desses novos equipamentos. Isso não me parece que, seja o PS no governo, seja o PSD no futuro, algo vai mudar. Estamos cá para ver, mas parece-me muito dificilmente, porque temos aqui a questão do défice e como é que vamos enquadrar esta questão nos desafios da Europa, com o défice que é exigido e não vejo aqui possibilidades de voltar aos investimentos que já se tiveram num passado mais longínquo, que já vai com mais de vinte anos. E nestes vinte anos, esses grandes investimentos se calhar já estão degradados os edifícios e coloca-se outra vez a questão da manutenção."-----

Presidente da Câmara: "Sobre a questão do Presidente da ARS, vou só esclarecer que não falou comigo sobre a ampliação do centro de saúde, nem em obras nenhuma. Falou comigo apenas naquilo que disse há pouco. Foi solicitar um espaço, nomeadamente no pavilhão do EMA, para colocar ali uma extensão das urgências, ou colocar ali as urgências do hospital. Não vi sentido absolutamente nenhum. Relativamente às verbas que a ARS poderia ter ou não, nem sequer chegamos a falar nisso. O que disse nessa reunião, nessa altura, foi dizer que o senhor Presidente da ARS tem o meu número de telefone e sabe, porque falamos por via de outras questões, várias vezes, portanto não era preciso ele estar à espera que eu o fosse contactar. A necessidade não era minha, era dele, ele é que tinha por obrigação contactar-me. Mas isso, contactamos e vamos tratar nesse sentido. Relativamente à questão do Pedro Coelho, dos terrenos a custo zero, a Câmara não tem de estar a pensar que todos os terrenos que tem, ou que arranja são tudo a custo zero. Se houver uma questão de uma cedência e essa área do loteamento fica para a Câmara, essa área é a custo zero, obviamente. Mas faço lembrar que, independentemente disso tudo, a Câmara Municipal de Albufeira e outras, sempre trataram mais facilmente dos terrenos, mas não a custo zero. Faço lembrar



que o custo do terreno onde está construído a escola básica e secundária foi adquirido pela Câmara Municipal e cedido ao Ministério da Educação para ele próprio construir lá a escola, em cima desse terreno. E não só, a escola Francisco Cabrita, também foi e a escola Diamantina Negrão também. São terrenos que eram de privados, que foram adquiridos pela Câmara e na altura foram cedidos ao Ministério da Educação, sempre foi assim, não é uma questão nova. Independentemente do governo, aliás, chamei precisamente a atenção que, não tem a ver com o governo anterior nem com o atual. Não vou estar a desculpar com o governo A ou B. A verdade é que tem sido feito desinvestimento no concelho de Albufeira, na área da saúde, independentemente do governo que lá está."-----

Pedro Coelho: "Só para esclarecer, é verdade, de facto a questão da compra dos terrenos, mas não é menos verdade que se tivéssemos um Plano de Urbanização há mais tempo para a cidade, essas questões podiam ter sido acauteladas. E o Plano de Urbanização é aprovado em dois mil e treze a primeira vez. E essas edificações e esses equipamentos públicos foram construídos antes do Plano de Urbanização."-----

Fernando Cabrita: "Pelo menos, ficamos nesta sessão a saber que com a impreparação e a prudência que levou a Câmara Municipal, não quisesse aceitar estas transferências da educação e da saúde, pelo menos com tempo e para o ano já se pensa que será possível. A seguir a isso, temos aqui um compromisso assumido pelo senhor Presidente, que para o ano já será possível. Tive sempre alguma sensibilidade na medida em que, sabendo que o Presidente do município é uma pessoa que esteve ligada desde sempre à educação, foi diretor de uma escola secundária e efetivamente tem um mestrado nessa área da educação. Sabia que por uma questão de pressão, de interesse e sensibilidade relativamente a essa antecipação, de poder ir até tentando arranjar uns terrenos, ainda que não fossem logo adquiridos, que se pudesse ir já fazendo um trabalho de solidariedade, nesse campo, com o governo, qualquer que ele fosse. Porque a alternância é uma regra que é desejável e só acontece de vez enquanto, pode não ser já, mas pode vir a acontecer. E têm todos de estar preparados com isso. Realmente, o município é que pode precisar de um polo universitário, fica bem que a Câmara e quem a lidera, tenha interesse nessa ambição. Portanto, estamos à espera, com essa promessa do senhor Presidente da Câmara, ficamos um pouco mais tranquilos e vamos ver o que se passa para o ano. Está dito e gravado."-----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO QUATRO:-----

Votos contra: onze (11) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Emilia Sousa, Leonardo Paço, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Abstenções: uma (01) Vera Belchior.-----

Votos a favor: treze (13) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Rui Gago, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

VOTAÇÃO PONTO CINCO:-----

Votos contra: onze (11) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Emilia Sousa, Leonardo Paço, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Abstenções: zero (00)-----

Votos a favor: catorze (14) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Rui Gago, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário do Património respeitante a 2018; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Miguel Pinheiro e Renato Pimenta.-----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Rui Gago, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Emilia Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço,



Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos documentos de prestação de contas do município de 2018, incluindo a proposta de aplicação de resultados; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Relativamente à proposta e ao documento em si, é um documento meramente técnico mas inclui, nesta proposta de aplicação de resultados uma orientação política. É nesse sentido que nós divergimos daquilo que são as aplicações e o que são as orientações políticas desta aplicação de resultados. Fazendo a distinção entre o que é a vertente técnica e a vertente política a razão que nos leva a abstermos tem a ver, efetivamente, com a discordância que temos relativamente à aplicação de resultados. Não verificamos aqui grandes projetos nem grandes planos e continuamos a ver falta de ambição em termos da aplicação destes resultados. Estamos a falar de valores bastante consideráveis."-----

Presidente da Câmara: "São opiniões, são opções."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: catorze (14) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Leonardo Paço, Vera Belchior, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Votos a favor: onze (11):Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Rui Gago, Vitor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----



O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos oito e nove e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade.-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª revisão das Grandes Opções do Plano 2019-2022; -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª revisão do Orçamento do Município para o ano de 2019, incluindo a 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal;-----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Quanto à questão do primeiro ponto, só para matar a situação, entendemos que, na sequência daquilo que referimos no ponto anterior, ou seja, na falta de ambição relativamente às Grandes Opções do Plano, iremos também abstermo-nos. No entanto, no que diz respeito à questão relacionada com a segunda revisão do Orçamento, iremos votar favoravelmente, tendo em consideração que se verifica, não só o reforço de verbas para a redução dos valores relacionados com a baixa da água. No entanto, temos de fazer referência que, esta baixa da água foi também efetuada, não só e única e exclusivamente por decisão política do executivo, mas também porque a ERSAR vem, no seu relatório, referir que os valores da água estavam acima daquilo que era a média. Portanto, a baixa da água, sendo algo fundamental, resta referir que não é única e exclusiva responsabilidade e da vontade e do altruísmo do executivo, mas sim também, pela pressão feita pela entidade que faz o relatório. Queremos também referir uma outra questão, que tem a ver com o facto de os munícipes continuarem a pagar as perdas. Parece-nos, também, que neste aspeto deveria haver uma consciência para que os munícipes, que não têm responsabilidade pelas perdas no exterior, dos seus edifícios, das suas casas e dos seus comércio, tenham que, efetivamente, suportar essas mesmas perdas. É uma recomendação que deixamos ao executivo. Por outro lado, esta segunda revisão do Orçamento, que nos leva a votar favoravelmente tem a ver com a utilização do saldo da gerência finda em cerca de setenta e cinco milhões de euros."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----



VOTAÇÃO PONTO OITO:-----

Votos contra: um (01) Miguel Pinheiro.-----

Abstenções: doze (12) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Emília Sousa, Renato Pimenta, Leonardo Paço, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Votos a favor: doze (12): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Rui Gago, Vitor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

VOTAÇÃO PONTO NOVE:-----

Votos contra: um (01) Miguel Pinheiro.-----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Rui Gago, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao concurso público para execução da empreitada de requalificação do espaço antigo da Igreja Matriz de Albufeira, pelo preço base de 1.092.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram uso da palavra os membros: -----

Renato Pimenta: "Um milhão, mais iva? Não é exagerado?"-----

Presidente da Câmara: "Com os cálculos feitos em termos de elaboração de caderno de encargos e medições, é o valor que dá. Se é muito é porque há muita obra para fazer. Não quer dizer que os concorrentes concorram com este valor, pode vir abaixo do valor, acima é que não."-----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Miguel Pinheiro. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Rui Gago, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Emilia Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, do ponto onze ao ponto dezassete e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade.-----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento contínuo de pão da saúde, pão de mistura e papossecos para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Brejos, Sesmarias, Vale Pedras, Jardim-de-Infância de Albufeira, Jardim-de-infância de Vale Carro e para outras atividades da Divisão de Educação, até ao limite 45.000,00 + IVA; -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento contínuo de carnes frescas e enchidos para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Vale Pedras, Fontainhas, Brejos, Jardim-de-infância de Albufeira e para outras atividades da Divisão de Educação, até ao limite de 118.000,00 + IVA; -----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento contínuo de frutas e produtos hortícolas para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Sesmarias, Caliços, Fontainhas, Brejos, Vale Pedras, Jardim-de-infância de Albufeira, Jardim-de-infância



de Vale carro, Eb1/JI de Paderne, EB1 de Ferreiras e para outras atividades da Divisão de Educação, até ao limite de 235.000,00€ + IVA; -----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento contínuo de refeições e lanches escolares para a EB1/JI dos Olhos de Água, EB1/JI da Correeira, EB1 de Vale Carro, EB1,2,3 da Guia, Jardim-de-infância da Guia, Jardim-de-infância de Ferreiras e Jardim-de-infância de Vale Serves, até ao limite de 620.000,00€ + IVA; -----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento contínuo de mercearias para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Vale Pedras, Fontainhas, Brejos, Jardim-de-infância de Albufeira e para outras atividades da Divisão de Educação, até ao limite de 113.000,00 + IVA; -----

PONTO DEZASSEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento contínuo de produtos ultracongelados para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Brejos, Vale Pedras, Jardim-de-infância de Albufeira e para outras atividades da Divisão de Educação, até ao limite de 53.000,00 + IVA; -----

PONTO DEZASSETTE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento contínuo de peixe congelado para as cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Brejos, Vale Pedras e Jardim-de-infância de Albufeira e para outras atividades da Divisão de Educação, até ao limite de 110.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Esta enumeração destes pontos leva-me a dizer que estamos a falar de um valor de aquisições ao nível de um vírgula três milhões de euros. Um vírgula três milhões de euros em produtos alimentares, não sou nada contra, obviamente que sou a favor. A questão que quero trazer a esta Assembleia, em termos de reflexão para a



Assembleia e também para o executivo, é que, um virgula três milhões de euros neste tipo de produtos alimentares sem critérios ambientais é algo que deve ser refletido, porque é uma perda ao nível da melhoria ambiental, tanto do concelho, tanto da região, como do país. Passo a explicar, desde dois mil e dezasseis que há uma estratégia nacional de compras públicas ecológicas, onde a maior parte destes produtos que estão ao longo destes pontos estão incluídas nessa estratégia. Isto é, há que incluir critérios ambientais na aquisição destes produtos. Quando vamos apreciar todas estas aquisições, esses critérios ambientais estão ausentes. É verdade que o caminho se faz caminhando e vamos passo a passo, sabemos que essa questão da inclusão de critérios ambientais tem algumas dificuldades no processo contratual a nível do código dos contratos públicos, é preciso ter algumas especificidades, alguma atenção e é preciso respeitar a livre concorrência, mas há matérias que são mais fáceis de incluir e até como melhoria para a qualidade dos produtos. Se esta apreciação é global, nestes pontos todos, gostaria de me centrar no ponto treze, no fornecimento de frutas e produtos hortícolas. No caso das frutas e produtos hortícolas, já é mais fácil fazer uma distinção entre os produtos que são produzidos com critérios ambientais. Uma das questões mais óbvia, ao nível dos rótulos, trata-se da agricultura biológica. Quando vamos analisar as especificações técnicas deste ponto é ausente a questão da agricultura biológica e a questão da agricultura biológica era um critério fácil de impor ao nível de caderno de encargos e não levanta qualquer dúvida legal ao nível dessa distinção. Isto, traduzir-se-ia em benefícios para o ambiente, mas obviamente para a saúde das crianças, porque os produtos biológicos, como sabemos, são produzidos na agricultura com menos pesticidas e menos fertilizantes, mas acima de tudo menos químicos. Isso levaria que existisse uma alimentação com menor risco desses produtos. Por outro lado, essa inclusão de produtos biológicos nestas compras, levaria que fomentasse a agricultura, até local. Muito simples, como as ervas aromáticas, se as ervas aromáticas fossem colocadas como produtos biológicos, as ervas aromáticas fazem-se em proximidade. E mais uma vez o ambiente também ganharia, nas deslocações ao nível do carbono emitido, nas deslocações do produtor, do distribuidor até ao município. Esta matéria, para alguns pode parecer exotérica, o que estou aqui a dizer, mas não é nada exotérica, ela, para além de estar prevista nesta estratégia nacional de compras, está prevista, também, na estratégia da agricultura biológica publicada em dois mil e dezassete. Há uma alínea específica para as cantinas escolares,



da estratégia, onde refere que as cantinas escolares devem promover a aquisição de produtos de agricultura biológica. E há um conjunto de metas, objetivos, ela própria tem um período intercalar de avaliação, em dois mil e vinte e dois, que é mais ou menos o término da aquisição que estamos aqui a apreciar. Isto tudo contribuía também, para o resultado dessa estratégia, mas acima de tudo, mais que a estratégia, contribuía para a saúde das crianças e traduzia-se para o desenvolvimento da agricultura do Algarve e de Albufeira em concreto. Julgo que esta matéria deve ser refletida, se ainda for a tempo de incluir alguns produtos, acho que nesta reflexão que estou a fazer, num primeiro exercício não colocaria todos os produtos de agricultura biológica, mas um cabaz mínimo de agricultura biológica seria fácil de incorporar, nomeadamente aqueles produtos que estão mais sujeitos a agroquímicos, como todos nós sabemos da nossa experiência diária, o morango, a cereja. Tenho aqui uma listagem que posso enumerar, as maçãs, nectarinas, pêssegos, espinafres, tomates. Não contei os produtos que estão presentes neste ponto, são seguramente mais que uma centena de produtos. Se ficássemos com dez produtos, cinco por cento de produtos de agricultura biológica, acho que era um salto significativo em termos do sinal que se estava a dar e da qualidade que se iria alcançar. Acho que essa questão, se ainda for a tempo, deveria ser objeto de reflexão e de incorporação no caderno de encargos. Neste ponto treze, pelo menos há uma sensibilidade, é colocado produtos portugueses, mas algo que não é feito no ponto quinze. No ponto quinze, como estamos a falar de leite e ovos e sabemos da qualidade do leite português e não é colocado o símbolo "PT", parece-me que não é coerente com o documento de cima. Isto é, se acima estamos a escolher um conjunto de produtos com a sigla "PT" e bem, aqui no quinze, no mínimo o leite devia de ter origem portuguesa, com a marca "PT", que também é possível colocar nos concursos, sem qualquer problema de concorrência, como está regulamentado. Depois há pormenores, podemos falar dos peixes, que também há rótulos ecológicos para os peixes, mas como disse há pouco, numa primeira fase, não deixar passar estes um virgula três milhões sem qualquer critério ambiental é que acho que deveria ser objeto de reflexão."-----

Adriano Ferrão: "Ainda um pouco ligado a estes princípios que foram anunciados, eu gosto deste princípio ecológico, pessoalmente sou defensor dessa via, mas temos de ser realistas, porque estamos aqui a falar de fornecimentos de cantinas escolares e sabemos que ainda não existem as condições para a produção biológica, a nível do



concelho e arredores, por parte dos agricultores, por parte dos proprietários das terras. Também não sabemos que quantidades seriam produzíveis para que conseguissem fazer um fornecimento regular, sem quebras destas cantinas, porque não pode haver quebras nestas cantinas. Quanto é que custaria? Como é que se procederia em termos de distribuição e aquisição dos produtos? De qualquer maneira, não deixa de ser um bom princípio."-----

Renato Pimenta: "Só para fazer referência, mais uma vez, à falta de peixe fresco."-----

Ana Ramos: "Queria um esclarecimento, relativamente às cantinas. Diz aqui, *cantinas escolares de Albufeira, Vale Parra, Vale Rabelho*, queria perceber, porque existe uma escola em Vale Parra, em Vale Rabelho existe é um jardim-de-infância. Corrijam-me se estiver errada, só para esclarecer, para evitar fenómenos de cantinas fantasma. Penso que aqui quando diz Vale Rabelho será jardim-de-infância."-----

Presidente da Câmara: "Sobre o que o Pedro Coelho disse, teoricamente está tudo certo, na prática não funciona. O Adriano já falou nesses aspetos realistas da questão. Portanto, não estaria mais de acordo, se isso fosse possível, mas não é possível. Assim como não é possível a questão do peixe fresco, que já é transversal, ao longo dos anos. Já disse, várias vezes, nesta Assembleia, que chegamos a abrir concurso para peixe fresco e ficou sempre deserto, porque não há concorrentes para a prática destes preços, tendo em conta os preços que os alunos pagam por cada refeição. E todos nós sabemos qual é o preço de um quilo de peixe fresco."-----

Pedro Coelho: "Apelo ao seu sentido critico e é possível. Como disse há pouco e isso é reconhecido, se não é possível para todos os produtos, é possível para alguns produtos. Acho que é uma boa experiência começar com um pequeno conjunto de produtos. Estamos a falar de dois mil produtores que existem a nível nacional. A estratégia da agricultura biológica é monitorizada semestralmente. O site da DGADR tem dados semestrais, da monitorização da estratégia, dos produtos, da quantidade, das vendas, das instituições públicas que estão a comprar, está tudo no site da DGADR, que é a Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural. É possível, devagarinho e vamos chegar longe."-----

Presidente da Câmara: "Em relação à questão da escola, é um engano, é jardim-de-infância de Vale Rabelho, claro."-----



Fernando Cabrita: "Tenho de reconhecer que isto será o resultado de uma pressa, este lapso. Talvez seja uma justificação, é uma exceção relativamente à recusa das transferências, mas adianta-se aqui, naquilo que é prático."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO ONZE:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Rui Gago, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

VOTAÇÃO PONTO DOZE:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Rui Gago, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

VOTAÇÃO PONTO TREZE:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Rui Gago, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----



A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

VOTAÇÃO PONTO CATORZE:-----

Votos contra: um (01) Renato Pimenta. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Rui Gago, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

VOTAÇÃO PONTO QUINZE:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Rui Gago, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

VOTAÇÃO PONTO DEZASSEIS:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Rui Gago, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

VOTAÇÃO PONTO DEZASSETE:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Rui Gago, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DEZOITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento contínuo de fardamento para o município de Albufeira 2019/2020, pelo preço base de 270.000,00 + IVA; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Rui Gago, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DEZANOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Plano de Mobilidade e Transportes de Albufeira; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Este ponto já veio a esta Assembleia, saiu para ser discutido e para serem feitas alterações. Foi um ponto que foi alvo de uma sessão de



esclarecimento, aqui nesta mesma sala e depois houve, efetivamente, uma série de propostas, daquelas que pelos vistos não constam no nosso direito de oposição, mas que foram feitas e que a maioria delas não foram integradas. Nesse sentido, continuamos a achar que trata-se de um plano estratégico e um plano estratégico tem de ter definições para o futuro. Dou-vos um exemplo concreto, está prevista a construção de uma rotunda, na zona dos Bombeiros e Câmara Municipal. É necessária e premente que seja construída, devido ao problema dos semáforos, mas se se tivesse em conta, uma das propostas que fizemos, que era a construção de um túnel e a ligação na Avenida dos Descobrimentos para uma maior celeridade no tráfego, se calhar estaríamos a poupar a necessidade de se fazer, de imediato, esta rotunda. O que isto demonstra, é que estamos a gerir este plano, que como o senhor Presidente diz e muito bem, não é vinculativo, mas estamos a geri-lo conforme as necessidades do momento. E se efetivamente tivéssemos em atenção uma perspetiva de futuro, então aí, teríamos em consideração que se calhar estas necessidades, que agora vão ser colmatadas, com um estudo e uma perspetiva diferente, seriam colmatadas de outra forma e não termos daqui a cinco ou dez anos estarmos a resolver esta situação de outra forma. Uma das questões que é levantada, por parte dos técnicos que depois analisaram estas propostas, é que pode custar muito dinheiro, é de que pode levantar determinados problemas, é que pode, eventualmente, não ser exequível, dentro do prazo de dez anos e lá estamos nós, outra vez, a empurrar possíveis soluções que, naturalmente levam muito tempo a ser executadas e que daqui a algum tempo estaremos numa situação crítica, porque teremos o trânsito empatado na Avenida dos Descobrimentos. Tendo em consideração, que não há, ainda, a perspetiva da construção, eu diria, da segunda circular exterior de Albufeira, naturalmente que isto irá acontecer dentro de algum tempo. É esta falta de visão, que aqui manifestamos e por não querer deixar que este Plano de Mobilidade, apesar de não ter incluído aquilo que entendemos que seria definições estratégicas e de futuro, tem de facto, outras que são importantes implementar e é nesse sentido que iremos apresentar, na votação, uma abstenção, para que, efetivamente, não fique pendurado, por assim dizer, numa circunstância deste plano voltar outra vez para trás, mas gostaríamos de recomendar que, houvesse uma maior visibilidade de futuro para soluções que, quanto a nós, são fundamentais para o desenvolvimento da cidade e do concelho."-----



Presidente da Assembleia: "Respeito a opção e opinião do deputado Francisco Oliveira, apresentou realmente algumas propostas, embora já fora do tempo que teria sido dado, mas foram aceites na mesma, está registada a sua intervenção e agradeço."-----

Pedro Coelho: "Só para adicionar um comentário, dando continuidade à sessão que foi efetuada e depois à apreciação, a questão do estacionamento tarifado nesta envolvente da Câmara, a sul da Avenida dos Descobrimentos está prevista no plano. Está na página cento e trinta e nove e manteve-se na página cento e trinta e nove. Isto é, o plano que hoje está aqui a ser sujeito a apreciação tem essa menção, a equipa técnica disse que não tinha, mas está lá. Se é para retirar, deviam ter tirado, mas ela está lá, o estacionamento a sul da Avenida dos Descobrimentos é para tarifar, cem por cento ao ano, ao contrário de algumas zonas mais flutuantes, como a Oura, ou os Olhos de Água, onde se diz que durante o inverno poderá não ser cobrado o estacionamento, ou propõe-se que não seja cobrado o estacionamento."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: um (01) Miguel Pinheiro -----

Abstenções: doze (12) Francisco Oliveira, Fernando Gregório, Ana Ramos, Fernando Cabrita, Pedro Coelho, Emília Sousa, Renato Pimenta, Leonardo Paço, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Votos a favor: doze (12): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Rui Gago, Vitor Vieira, Francisco Guerreiro, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

O membro Rui Bernardo, neste momento, ausentou-se da sala, uma vez que é o membro que se segue na lista do PSD.-----

PONTO VINTE

Análise e deliberação do pedido de suspensão do mandato do membro José Manuel Bota Sequeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----



Francisco Oliveira: "Nós ponderamos voltar contra, porque gostamos muito do Sequeira e não o queríamos ver fora desta Assembleia, mas, respeitando a sua vontade pessoal, naturalmente, isto foi uma mera graça, e por razões profissionais, compreendemos que ele tenha que se afastar por algum tempo, desta Assembleia e desejamos as maiores felicidades em termos profissionais."-----

Presidente da Assembleia: "Ele não sai da Assembleia, apenas fica com um cartão amarelo, está suspenso, é membro da Assembleia Municipal até renunciar o mandato ou até à perda do mesmo. Aqui só estamos a deliberar a suspensão, de acordo com a justificação apresentada, por motivos profissionais."-----

Renato Pimenta: "Esta votação não é por voto secreto?"-----

Presidente da Assembleia: "O pedido de suspensão não."-----

Renato Pimenta: "Não estamos a deliberar sobre uma pessoa?"-----

Presidente da Assembleia: "Não. Estamos a deliberar sobre a suspensão. É uma proposta?"-----

Renato Pimenta: "É."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a proposta apresentada pelo membro Renato Pimenta, de votação do ponto vinte por escrutínio secreto.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: vinte e um (21) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Rui Gago, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: duas (02) Francisco Oliveira e Rui Bernardo.-----

Votos a favor: dois (02): Miguel Pinheiro e Renato Pimenta. -----

A proposta foi reprovada por maioria dos presentes.-----

VOTAÇÃO PONTO VINTE: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: duas (02) Francisco Oliveira e Rui Bernardo.-----



Votos a favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Rui Gago, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

PONTO VINTE E UM

Interpelação à Câmara Municipal sobre o ponto de situação do CAE; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "Tivemos um pedido de inclusão do assunto sobre o CAE, na ordem de trabalhos. Em reunião de líderes, decidimos fazer um ajuste, como uma interpelação à Câmara Municipal e não como uma deliberação de recomendação. Vamos dar a palavra a um dos subscritores, Sofia Assunção."-----

Sofia Assunção: "Boa noite, obrigada pela oportunidade que me dão. Estou, na verdade a representar uma série de outros jovens adultos empreendedores, outros liberais, profissionais que trabalham por conta própria, outros que estão em frente de startups, não só residentes aqui no município, mas também estrangeiros, que vêm até Albufeira e tal como nós, têm uma mesma necessidade, que é da existência de um espaço de co-work. Gostava de clarificar, o que é um espaço co-work, porque não me parece que seja claro para toda a gente. Um espaço de co-work não é apenas um espaço de trabalho, em que as pessoas se sentam para trabalhar individualmente. É um espaço de trabalho colaborativo, que promove a partilha e as trocas entre trabalhadores. É um espaço que requer um espaço conjunto, coletivo, de trabalho colaborativo, mas também escritórios individuais, que permitam trabalhos mais individuais, reuniões, ou o caso, cada vez mais comum, de videochamadas. O que tenho vindo a sentir é que Albufeira não dá resposta a esta necessidade, na verdade, vários municípios da região do Algarve já dão resposta a esta necessidade, o município de Loulé, de Portimão, Lagos, Faro. Todos eles apresentam estruturas que dão resposta a esta necessidade. Albufeira não apresenta nenhuma estrutura que nos ofereça estas possibilidades. O que está a acontecer é, que nós encontramos-nos muitas vezes na



Biblioteca Municipal, para poder fazer este tipo de trabalhos, o que não é de todo o objetivo de uma biblioteca, já por várias vezes fomos mandados silenciar, porque não é de facto o local para haver partilhas e trocas e construção de projetos em colaboração. Chegamos à conclusão que não há uma resposta para nós e para estas necessidades. Venho também, em nome de trabalhadores que não são residentes na região e que passam pela região e procuram um espaço deste género, é até surpreendente, porque Albufeira está integrada em vários programas de empreendedorismo internacionais e Albufeira não tem uma resposta. Nós, sabendo que Albufeira é um município jovem e que aposta na inovação, achamos que temos todas as condições no município para criar um espaço que nos permita dar resposta a estas necessidades. Viemos com a proposta de utilizarmos o CAE, ou de convertermos o CAE num espaço Co-Work, e trouxemos esta proposta porque, de facto, o CAE já reúne todas as condições, todas as infraestruturas necessárias para um espaço de Co-Work. Ele tem quatro gabinetes individuais, excelentes para reuniões, videochamadas, etc e tem uma sala de trabalho comum, com espaço para vinte e quatro postos individuais de trabalho, o que permitiria o aspeto colaborativo, que é essencial num espaço de Co-Work. Ele já tem previsto para o seu funcionamento serviços administrativos de apoio, fornecimento de eletricidade, instalações sanitárias, manutenção geral e limpeza, assim como endereço comercial que também é algo comum nos espaços Co-Work e acesso a rede telefónica e internet. E, para grande surpresa minha e de todas as pessoas que represento, é um espaço que se encontra fechado há pelo menos quatro anos, em total deterioração, que é visível de fora para dentro. Consideramos também, que a reutilização deste espaço para outros fins que respondam mais prontamente às necessidades da população é também uma prova da preocupação da Câmara para com questões de ecologia e sustentabilidade. Portanto, a utilização de infraestruturas que estão com as condições todas, para que este espaço de Co-Work possa existir. Porquê que o CAE não dá resposta às nossas necessidades? Poderiam dizer-me "se abriremos o CAE este ano o assunto fica resolvido". Mas, de facto existem diferenças essenciais, no funcionamento que está previsto para o CAE e no funcionamento de um espaço Co-Work. Para citar só alguns exemplos, o regulamento do CAE contempla um procedimento de atribuição de espaços e um júri de procedimento, isso não existe num espaço de Co-Work. Vamos imaginar que que estou a viajar pelo mundo, passo por Albufeira e vou estar em Albufeira, apenas três ou quatro dias, não faz qualquer



sentido eu passar por um procedimento de atribuição de espaços. O regulamento do CAE implica também uma candidatura, mais uma vez não faz qualquer sentido para um espaço de Co-Work. O regulamento do CAE responde a critérios de seleção a admissão de candidaturas e para citar alguns exemplos, no regulamento diz que será dada prioridade a artes, design, tecnologia, turismo, ambiente, arquitetura e urbanismo, ou seja, áreas como o social, educação, saúde, sustentabilidade não entrariam em linha de conta. Outro dos critérios será o número de postos de trabalho criados pelo projeto, então todos os profissionais liberais e independentes, como eu, que trabalho por conta própria e não estou a criar postos de trabalho não teria acesso a este espaço para poder trabalhar. Nós já levamos este assunto para várias situações, no dia sete de Novembro de dois mil e dezoito, eu própria reuni com o Dr.º Paulo Dias, aqui na Câmara Municipal de Albufeira, juntamente com a senhora Krystel Leal, que é a Fundadora e CEO do Nomadismo Digital Portugal e o senhor António Monteiro que é o CTO do mesmo projeto. Eles estão a residir na Califórnia e estavam aqui de passagem e conseguimos uma reunião com o Dr.º Paulo Dias, o objetivo dessa reunião era obtermos informação sobre a data de entrada de funcionamento do CAE e estudar a possibilidade de abrir um espaço de Co-Work numa parceria entre o Nomadismo Digital Portugal e a Câmara Municipal. Até hoje não temos qualquer resposta da parte da Câmara. Nós desejamos levar esta proposta para o orçamento participativo em Albufeira, foi o senhor Michael Rijo, que se encontra ao meu lado que quis levar esta proposta. No entanto, a proposta não chegou a ir a concurso porque supostamente, o projeto do Co-Work já se encontra em curso. No entanto, o que nos foi dito foi que, esse projeto de Co-Work consiste em destinar a sala que se encontra no segundo piso do CAE para espaço de Co-Work e as salas individuais que se encontram no rés-do-chão continuariam sob o regulamento do CAE. Ora, isto vai contra qualquer funcionamento de qualquer espaço Co-Work, que necessita, essencialmente de espaços individuais de trabalho, para as tais reuniões e vídeo chamadas, que já falei. Queria citar que existem vários exemplos que demonstram bem o quanto estes espaços são sustentáveis, existem inúmeros espaços na região. Existe também um espaço conhecido, que é o LX Factory, em Lisboa que funciona de forma sustentável, de acordo com estes parâmetros, com espaços individuais, espaços colaborativos. Outra coisa que me esqueci de mencionar e que também é importante, é que esses espaços também permitem criação de momentos de formação, ateliers, workshops. A criação



deste tipo de eventos também contribui para a sustentabilidade dos espaços e fomentam a educação e a formação da comunidade em que nos encontramos inseridos. Era isto que gostaríamos de trazer, mais uma vez, para a vossa atenção.” -----

Presidente da Câmara: “Agradeço a sua intervenção e o conteúdo da mesma, embora não tenha tido grandes informações, o que me foi informado foi que existe um pequeno problema de estrutura, de fácil reparação. Do que falou, concordo com a alteração eventual do regulamento que acabou de frisar. Alguns aspetos não estão contemplados nesse mesmo regulamento e que seria de se adaptar às condições atuais, com certeza que, dentro de pouco tempo teremos isso em andamento. Vou me interessar por isso.”—

Vera Belchior: “Tendo em conta o que disse, significa que o procedimento concursal que estavam a referir que ia abrir recentemente fica sem efeito, será?”-----

Francisco Oliveira: “A ideia será manter o CAE e fazer um Co-Work? Há efetivamente, neste momento empresas ou entidades interessadas em ocupar e fazer face ao regulamento que está aprovado para o CAE, tem havido manifestações de interesse, ou seja, há alguma diretriz nesse sentido? De manter o CAE e fazer o Co-Work, ou eventualmente acabar com o CAE, não sei. Como ele tem estado encerrado este tempo todo, dá ideia de que, pelo menos, não tem havido manifestações por parte da sociedade civil, neste caso dos profissionais, em aderirem ao regulamento e poderem avançar com as candidaturas.”-----

Adriano Ferrão: “Também acho muito interessante esta ideia, e acho ainda mais interessante a proximidade a uma escola secundária, pelo empreendedorismo que resulta de um centro de Co-Work e que é uma referência para os jovens que terminam ali o seu ciclo de ensino e que ali vêm um referencial de empreendedorismo, o que é uma saída interessante, hoje em dia.”-----

Presidente da Câmara: “Vou repetir, vou me interessar por isto, vou fazer a avaliação da situação, isto responde à Vera Belchior e ao Francisco Oliveira, no sentido de tentar perceber como está a situação em termos de regulamento, penso que foi aprovado em dois mil e dezasseis, salvo erro, e ver se das manifestações de interesse que há em estabelecer uma ocupação, quer de uma forma, quer de outra, dependendo daquilo que for entendido. Essa avaliação vai ser feita dentro de três ou quatro dias e com certeza que dentro de pouco tempo teremos novidades sobre isto.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----



PONTO VINTE E DOIS

Apreciação e deliberação da moção apresentada pela CDU - Pelo direito ao transporte público mais barato e acessível; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Renato Pimenta lê a moção. (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) -----

Francisco Oliveira: "Só fazer uma pequena referência, concordamos, em absoluto com a moção e com a redução dos passes, aliás, penso que a AMAL já reduziu, em cerca de setenta por cento, não me quero enganar, os valores relativamente aos passes, na região do Algarve. É lógico que estaremos completamente de acordo que estas medidas tomadas em Lisboa e no Porto sejam extensíveis, também, à região, só não percebemos uma coisa, é que a CDU participou ativamente no Orçamento de Estado e na negociação do Orçamento de Estado relativamente a esta questão, portanto, não percebemos muito bem, porque exigir daquilo que efetivamente participaram e que negociaram, mas tudo bem. Votaremos favoravelmente porque entendemos que é importante para a região."-----

João Silva: "Nós também concordamos e obviamente que estamos todos de acordo que haja uma redução de passes. Sabemos que o que aconteceu em Lisboa e no Porto foi altamente discriminatório e esperamos que isso venha a ser refletido nas outras regiões. Também é curioso que a CDU aproveite determinados momentos, como em Lisboa tem um outdoor a dizer "a CDU baixou os passes sociais" e depois chegue aqui ao Algarve e venha pedir às Câmaras para fazer o papel que do outro lado anda a se valorizar. Enfim, não podemos ter dois pesos nem duas medidas e às vezes temos de saber o que estamos a tratar. Mas claro que concordamos e votaremos a favor."-----

Renato Pimenta: "A parte de Lisboa e Porto foi conseguida, o resto é que ainda não, é isso estamos a reclamar."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Rui



Gago, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO VINTE E TRÊS

Apreciação e deliberação do Voto de Pesar apresentado pela CDU - Pelas consequências do ciclone Idai, na região centro de Moçambique; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Rui Gago, Pedro Coelho, Vitor Vieira, Miguel Pinheiro, Emília Sousa, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Foi feito um minuto de silêncio.-----

Voto de pesar (Doc. n.º 2 anexo a esta ata)-----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:00 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

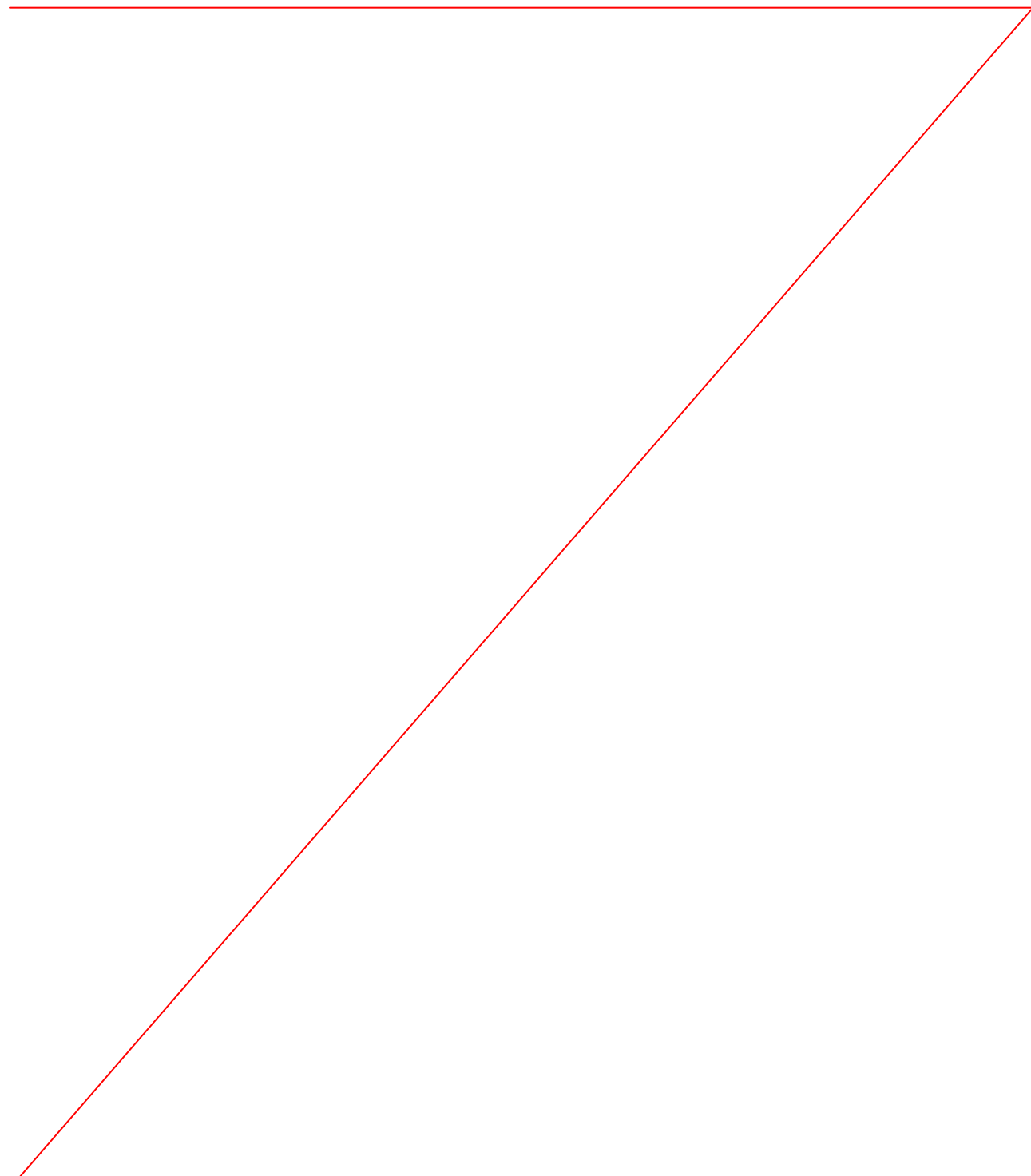
Albufeira, 10 de Abril de 2019 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____



A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____





CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Moção

Pelo direito ao transporte público mais barato e acessível

A consagração de um programa dirigido à redução tarifária (PART) na Lei do Orçamento do Estado para 2019 constitui um avanço de inegável significado. Não se trata apenas de um passo na garantia ao direito à mobilidade e ao uso do transporte público mas também uma medida de grande alcance e importância para os trabalhadores, e a população em geral, com repercussões directas nos seus rendimentos.

Preço máximo do passe social intermodal - seja qual for a forma concreta deste título de transporte – de 40 euros no âmbito da comunidade Intermunicipal e de 30 euros nos limites de cada município é um objectivo que se impõe concretizar também no território desta região. A que se deve adicionar o objectivo de assegurar a gratuidade de uso para menores de 12 anos, a redução em 50% para a população com mais de 65 anos e a implementação do passe família.

A CDU orgulha-se de com a sua intervenção ao longo de anos, a par com a luta dos utentes, ter prosseguido este objectivo em particular nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, onde se lutou pelo alargamento de um título de transporte já existente, o Andante no Porto e o Passe Social Intermodal em Lisboa. Mas como também desde o primeiro momento em que ganhou forma e concretização este objectivo se sublinhou que esta medida deve ser alargada a todo o País. Foi nesse sentido que o PCP interveio na discussão do Orçamento do Estado tendo proposto e feito aprovar um reforço de 21 milhões de euros à verba inicialmente inscrita bem como uma explicitação mais clara da abrangência nacional desta medida.

Considerando estes factos e tendo presente que cabe aos municípios e às comunidades intermunicipais a responsabilidade de dar concretização prática a esta medida;

Considerando que para lá das verbas inscritas no PART, que carecem de reforço no futuro próximo, os municípios podem e devem considerar a afectação de meios não só à redução do tarifário como ao alargamento da oferta,

a Assembleia Municipal de Albufeira delibera:

1. Incumbir a Câmara Municipal promover os procedimentos necessários para garantir que no território do seu município e no da Comunidade Intermunicipal o preço máximo do Passe para uso da rede de transporte público seja respectivamente de 30 e 40 euros;
2. Garantir o seu uso em toda a rede e em todos os operadores, públicos ou privados, de transporte público assegurando ainda que a sua extensão gratuita até aos 12 anos e a redução para a população com mais de 65 anos;
3. Intervir no âmbito da Comunidade Intermunicipal para que as deslocações em linha que envolvam o território de Comunidades (ou Área Metropolitana) contíguas tenham uma redução de preço correspondente à que cumulativamente vigore no território abrangido;



4. Exigir da Câmara Municipal que proceda, no âmbito cada aplicação do PART e em particular do processo de renovação do concurso para a prestação de serviço público, em articulação com a Comunidade Intermunicipal, ao aumento da oferta disponível;
5. Exigir da Administração Central, e do governo em particular, as medidas que visem: i) consagrar em legislação o regime de redução tarifária agora inscrito em Lei de OE; ii) garantir que o OE, para 2020 consolide e amplie os montantes afectos ao PART, quer por via da sua correspondência à anualização da medida (em 2019 a dotação leva em linha de conta a sua entrada em vigor no máximo a partir de Abril), quer por via do reforço real de meios financeiros; iii) reforçar a oferta ferroviária, no imediato pela contratação de trabalhadores que assegurem a partir da FMEF a reparação de material circulante, e a médio prazo pela aquisição de comboios, eletrificação, modernização e expansão da rede.

Albufeira, 10 de Abril de 2019

O elcito da CDU

Renato J. M. M. Pimenta



CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PGP-PEV



VOTO DE PESAR e SOLIDARIEDADE PELAS CONSEQUÊNCIAS DO CICLONE IDAI, NA REGIÃO CENTRO DE MOÇAMBIQUE

No passado dia 15 de Março a região centro de Moçambique foi atingida pelo Ciclone Tropical IDAI, caracterizado por chuvas e ventos muito fortes, acompanhados de trovoadas intensas, que foram responsáveis pela subida dos rios, derrocadas e deslizamentos de terras. Este ciclone tropical, que atingiu também as zonas de fronteira do Zimbabwe e Malawi, foi já responsável por um milhão de desalojados e mais de 780 mortos confirmados, dos quais 446 só em Moçambique contabilizados pelo Governo no domingo dia 28 de Março e por milhares de desalojados, a que se junta um rasto de destruição generalizada.

No momento em que aprovamos este voto, continuam sem se poder suportar até quando, os esforços das autoridades Moçambicanas e de organizações de todo o Mundo, para prestar auxílio às vítimas e para repor o fornecimento de bens alimentares essenciais, água, energia e comunicações, em particular nas vastíssimas zonas mais afetadas pela catástrofe.

Na sua última declaração pública o Presidente da República de Moçambique afirmou que, face à dimensão da destruição causada pelo ciclone, estarão ainda cerca de cem mil pessoas em situação crítica, e que só a rápida mobilização de todos os meios de auxílio poderá salvar as vidas em risco, especialmente nos distritos de Búzi, Chibatava e Muanza em Sofala, no distrito de Mossurize e no posto administrativo de Dombé, em Manica, zonas que ainda estão completamente isoladas do resto do País.

A Assembleia Municipal de Albufeira, reunida em sessão ordinária em 10 de Abril de 2019, delibera manifestar ao Povo e às Autoridades Moçambicanas a sua mais sentida solidariedade e transmite às famílias das vítimas o seu sentido pesar, instando o Governo Português a reforçar a cooperação com Moçambique, no sentido de prestar toda a colaboração necessária para responder às consequências da tragédia.

Delibera ainda guardar um minuto de silêncio em memória das vítimas do ciclone que atingiu a região centro de Moçambique e os Países vizinhos.

Albufeira, 10 de Abril de 2019

O eleito da CDU

Renato J. M. M. Pimenta